

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 2 de outubro de 2023 - Ata n.º 92.

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.^s Deputadas **Flávia Francischini** (na função de 1.^a Secretária) e **Márcia Huçulak** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **92.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Márcia Huçulak que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Márcia Huçulak – PSD): Pois não. Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Deputados. (Procedeu à leitura da Ata da 91.^a Sessão Ordinária, de 27 de setembro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a Deputada Flávia Francischini se há Expediente a ser lido.

SR.^A 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Flávia Francischini – UNIÃO): Sim, Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 803/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 672/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.648; **Ofício n.º 804/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 489/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.640; **Ofício n.º 805/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 586/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.641; **Ofício n.º 806/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 318/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.642; **Ofício n.º 807/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 295/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.643; **Ofício n.º 808/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 492/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.639; **Ofício n.º 809/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 614/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.647; **Ofício n.º 811/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 79/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.654; **Ofício n.º 813/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 707/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.649; **Ofício n.º 814/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 547/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.653; **Ofício n.º 810/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 447/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.646; **Ofício n.º 812/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 649/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.650; **Ofício n.º 815/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 599/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.651; **Ofício n.º 816/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 339/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.645; **Ofício n.º 817/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 585/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.652; **Ofício n.º 818/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 449/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.655; **Ofício n.º 819/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei n.º 64/2023,

que foi convertido na Lei n.º 21.644; **Ofício n.º 6/2023** do Ministério da Pesca e Aquicultura, comunicando a celebração do convênio n.º 942794/2023 com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná; **Ofício n.º 842/2023** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros – Orçamento Geral da União, firmado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, que tem por objetivo a “Construção da Penitenciária Estadual de Ribeirão do Pinhal”; **Ofício n.º 552/2023**, em atendimento ao Ofício n.º 2242/2023/GS/SESA (0821113), autorizando a realização da Audiência Pública referente à apresentação formal dos dados relativos ao cumprimento das metas fiscais do relatório detalhado do quadrimestre anterior, 2.º quadrimestre de 2023, da Secretaria de Estado da Saúde, no Auditório Legislativo desta casa de Leis, no dia 17 de outubro do corrente ano, às 9 horas; **Ofício n.º 1861/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 822/2023**) que dispõe sobre a estrutura de cargo de livre provimento e das funções comissionadas da Presidência e das unidades integrantes da Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça; **Ofício n.º 1926/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 823/2023**) que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar doação do imóvel que especifica ao município de Ivaiporã; **Ofício n.º 1927/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 824/2023**) que altera dispositivo e anexos da Lei n.º 14.227, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias; **Ofício n.º 2617/2023** da Casa Civil, encaminhando as licitações promovidas no âmbito da Copel no período de 1.º a 11 de agosto de 2023; **Ofício n.º 0824408**, encaminhado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando a realização de Audiência Pública de Apresentação o Plano Plurianual 2024-2027, pelo Secretário do Planejamento, Guto Silva, durante a Sessão Plenária de 6 de novembro de 2023, às 14h30.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 162/2023 do Governador do Estado, encaminhando para

apreciação da Assembleia Legislativa Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 825/2023)** que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2024 a 2027 e dá outras providências; **Mensagem n.º 164/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 827/2023)** que autoriza a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina contratar operação e crédito para financiamento do Projeto Cais Leste, no valor de R\$ 495.550.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Era o que continha, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, o Grande Expediente da Sessão de hoje, por proposição da Deputada Cantora Mara Lima, que é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e autora da Lei n.º 16.935, de 26 de outubro de 2011, que institui o *Mês Outubro Rosa*, dedicado às ações preventivas à integridade da saúde da mulher, será destinado à abertura da campanha *Outubro Rosa 2023*. Nesta oportunidade, na sequência, vamos ouvir o pronunciamento da Sr.^a Maria Cristina Figueroa Magalhães, que é médica oncologista do Hospital Universitário Mackenzie, do Grupo Oncoclínicas Curitiba, com a apresentação do tema “*Situação do Câncer de Mama no Brasil e no Paraná, com foco na disponibilização de medicamentos incorporados pela Conitec*”. Registro a presença aqui na Casa, neste dia, primeiro, da minha esposa Rose Traiano, que prestigia também o evento das mulheres desde a manhã; da neta do Deputado Batatinha, Maria Antonieta, também aqui presente; e a visita dos alunos do 9.º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Aline Picheth, acompanhados pelas Professoras Nádia Cristina Treméa, Eliane Terezinha Piccolotto e Elenise do Rocio Detzel. É bom salientar que os alunos ao estarem aqui contribuíram com 10 mil tampinhas para a campanha solidária de sustentabilidade e para atender um pleito nobre que é, após a venda das tampinhas, comprar fraldas geriátricas para os nossos asilos. Muito obrigado a todos vocês. Neste momento, concedo a palavra à Deputada Cantora Mara Lima, para que faça a saudação aos visitantes que aqui estão nesta

Casa, e também às nossas mulheres Deputadas e todas que prestigiam o Poder Legislativo. (Apresentação de vídeo.)

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Senhor Presidente, boa tarde. Quero cumprimentar o Sr. Presidente Traiano e as Deputadas Márcia e a Flávia, que estão aí à Mesa hoje, que está tudo rosa. Quero cumprimentar a nossa convidada Maria Cristina, que está neste momento prontinha para nos trazer esclarecimentos; a Rose Traiano, que é Presidente do Voluntariado da nossa Casa, que teve uma ideia fantástica para que possamos, neste mês todinho, conseguir doações de lenços umedecidos e também de lingerie para as mulheres que necessitam nos hospitais e que estão em tratamento. Parabéns, Rose. Cloara, que bom poder fazer parte com você deste dia todinho de atividades a favor da mulher paranaense. As Deputadas que aqui estão, a Cristina, Luciana, e demais Deputados. Obrigada, Presidente, por vestir a camisa literalmente conosco hoje. E se estamos vestidas de camiseta bonita, hoje, é porque a Casa entendeu que precisávamos nos vestir de rosa. Muito obrigada. Pela manhã, Presidente, tivemos uma Audiência Pública, junto com a Cloara, que é Procuradora da Mulher, foi um grito de socorro das pacientes oncológicas que aqui estiveram pela manhã. Agradeço demais a coragem da Milena, da Regina e da Luciana, que compartilharam este momento da vida delas, um momento difícil, de dor. Elas relataram as dificuldades do tratamento e como conseguir esses medicamentos através do SUS, que é algo com tanta dificuldade. Tivemos a participação de diversos especialistas, entre eles o Presidente do Instituto Ints, Dr. Alexei Peter dos Santos, e a doutora que falará logo mais, Dr.^a Maria Cristina Figueroa, do Hospital Evangélico Mackenzie. Eu me emocionei demais, choramos muito, e não é porque choramos que somos fracos. Acho que quando choramos, Rose, é porque mostra que estamos vivos, que nos sensibilizamos com a dor do outro, e foi o que aconteceu na Audiência Pública. E foram colocadas muitas questões e foi pedido a esta Casa de Leis, Sr. Presidente, para que fizéssemos algo efetivamente a favor dos que não têm, dos que precisam e daqueles que vieram pedir socorro, pela manhã, nessa audiência, Cloara. Não vou falar aqui sobre estatística. Sabemos que muitas mulheres estão morrendo, e sabemos que

durante a pandemia isso só aumentou, porque muitas das mulheres não procuraram ajuda médica durante a pandemia e, hoje, isso cresceu de uma maneira muito grande e muito difícil para nós e para vocês, médicos, poder agora realmente agregar essas mulheres em estágio, às vezes, avançado. Ouvimos a Milena, uma menina, com 29 anos de idade. E não é estatística porque, na verdade, não é assim que acontece na maioria das vezes, que o exame tem que ser feito depois dos 40 anos, mas, no caso dela, foi com 29 anos de idade. E ela disse, com as palavras delas: *Não sei se estarei com vocês no próximo ano*. Como também a Luciana que não tem certeza que estará aqui. Foi muito emocionante. Então, deixo aberto, Presidente, junto contigo, junto com a Mesa o *Outubro Rosa* e da importância da Assembleia Legislativa do Paraná trazer esse tema. Eu não sou sozinha autora da Lei desde 2011, faz 12 anos, sou com todos eles que estão aqui comigo e com todas as Deputadas. A Luciana estava comigo aqui quando foi aprovada. Nós transformamos uma campanha em uma Lei. Por favor, de verdade, de verdade, esta Deputada se emociona. Não olhem este Projeto como se fosse da Mara, mas olhem este Projeto como de vocês, é nosso. Usem, por favor, usem este Projeto de verdade! Vamos deixar toda vaidade de lado e vamos acreditar que existe um bem maior. Esse bem maior é as mulheres que estão sofrendo no nosso estado e precisamos de soluções. Está certo? Então, meu muito obrigado, Presidente, e que Deus abençoe a cada um de nós nos dando, de verdade, estratégias para vencermos esse mal que é o câncer. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, concedo a palavra à Dr.^a Maria Cristina Figueroa Magalhães, Médica Oncologista do Hospital Universitário Evangélico Mackenzie.

DR.^A MARIA CRISTINA FIGUEROA MAGALHÃES: Boa tarde a todos. Já fui apresentada, sou Médica Oncologista e, como disse hoje pela manhã, tenho um grande conflito de interesses que devo declarar, que é a melhoria da saúde no que concerne ao câncer de mama e tumores femininos no nosso estado. Agradeço imensamente pelo convite e a honra de estar aqui, hoje, representando parte da voz de várias mulheres e uma extensão ainda do grande Projeto da Deputada Maria Lima. Para mim coube trazer a vocês um pouco o entendimento de como

estamos hoje em relação a números no nosso estado e no Brasil; e qual é a situação de muitas mulheres que são atendidas no Sistema Único de Saúde. Aqui tem toda a minha formação. Tenho um grande foco, como disse, no cuidado das mulheres, e é uma bandeira que levanto, trago aqui a vocês e me coloco à disposição para qualquer outro parecer técnico que seja necessário. O câncer de mama no nosso país é a doença que mais acomete o público feminino, e isso vai ao encontro ao que temos de estatísticas mundiais. Quando olhamos as estatísticas que envolvem o mundo, após os tumores de pele não melanoma, o câncer de mama é a neoplasia mais diagnosticada. E isto não é diferente o que vemos aqui em nosso país, no Brasil. O que difere em relação ao que vemos no mundo é que os números de câncer de mama em relação a diagnósticos, eles estão crescendo e isso, claro, é um pouco o reflexo da pandemia. Tivemos um período de dois anos a três anos onde poucos diagnósticos foram realizados e, agora que estamos tendo realmente uma volta, uma procura para que sejam feitos diagnósticos, com isso, sim, temos um aumento expressivo no número de pacientes diagnosticados com câncer de mama. Além disso, quando vamos analisar a questão a mortalidade por câncer de mama, o que difere muito do comportamento nos demais países de primeiro mundo é que vemos que, em relação ao diagnóstico precoce e novas tecnologias sendo inseridas - novas tecnologias entendam como novos tratamentos e tratamentos melhores - estamos vendo, apesar da incidência ser aumentada, temos um índice de morte menores em relação ao que vemos no restante do mundo, e aqui especialmente no Brasil, onde ainda a mortalidade por câncer de mama continua a subir. Então, diferentemente do que vemos, por exemplo, nos Estados Unidos, uma incidência aumentada, no entanto, índice de mortalidade caindo ao longo dos anos, aqui no Brasil temos ainda uma doença que mata muitas mulheres. Por isso, estamos aqui hoje falando sobre a importância do câncer de mama. Outro número que quero chamar a atenção de todos agora. Então, se em algum momento foi dispersada essa atenção, quero chamar muita atenção talvez para o principal gráfico que vou mostrar para vocês, que é a diferença de uma mulher tratada a depender da região do nosso país. Então, na região sudeste as mulheres têm uma expectativa

de vida melhor do que, por exemplo, na região norte, e quando vamos ver a diferença cavalgar que existe de uma mulher tratada no Sistema Único de Saúde, onde a mortalidade é visivelmente pior do que quando comparada a uma mulher que está sendo tratada no Sistema de Saúde Suplementar. Então, isso chama muito a atenção e estamos, talvez, entrando um pouquinho mais a fundo nessa história para entender os motivos dessa diferença. Adentrando mais ainda na epidemiologia, entendemos que a prevenção do câncer de mama está desde os critérios que vão colocar uma mulher sob maior risco de desenvolver a doença até o diagnóstico precoce e, também, a disponibilização de tratamentos adequados. Quando analisamos alguns fatores que podem contribuir para o aumento da incidência do câncer de mama, ressalto aqui o tabagismo, porque na região sul do nosso país temos ainda um índice de pessoas que fumam bastante importante. Então, talvez, precisemos aumentar as nossas políticas públicas para redução do tabagismo na nossa região. E outros fatores de risco, como a inatividade física, a obesidade, a questão do etilismo e o consumo de ultraprocessados. Tudo isso também está em frente, está em voga para aumentar a chance de uma mulher desenvolver o câncer de mama ao longo do tempo. Bem, já foi exposto bastante sobre os números aqui na nossa região, mas é importante ressaltar que todo tratamento é vinculado com um grande quebra-cabeças que eu chamo. Então, a conduta oncológica vai estar, sim, sendo necessária que seja alinhada com os demais especialistas, como os mastologistas; que tenhamos acesso a exames que nos informem, por exemplo, o sobrenome do câncer - e isso são exames de patologia que são necessários -, e exames de estadiamento para entendermos a extensão da doença, se trata-se de uma doença ainda em um cenário mais inicial ou em um cenário avançado. E quando vamos analisar uma das grandes diferenças que temos de uma mulher que trata no Sistema de Saúde Suplementar para o Sistema Único de Saúde, trazemos aqui as diferenças das incorporações e disponibilizações de algumas medicações. E aqui ressalto duas classes de medicamentos que são essenciais para as nossas pacientes, porque eles, sim, alteram a sobrevida, ou seja, tem impacto em redução de mortalidade, assim como melhora a qualidade de vida das nossas pacientes. E aqui ressalto a classe

dos inibidores de ciclinas, que falamos hoje pela manhã, e os Trastuzumabe Entansina, que é uma medicação muito importante para as pacientes que tem um tumor HER2+. Então, temos tratamentos incorporados pela Conitec para serem disponibilizados pelo SUS. No entanto, eles não são de fato disponibilizados por inúmeras questões que discutimos na audiência pública hoje. E isso traz um impacto nas brasileiras principalmente com câncer de mama avançado, que é o foco aí da minha apresentação. Quem são essas mulheres? Quarenta por cento são jovens diagnosticadas em fase avançada, que utilizam pelo menos três linhas de tratamento, que se entenda três tipos de tratamentos diferentes, e na grande parte das vezes esses tratamentos são a base de quimioterapia endovenosa. Além disso, essas mulheres vão ter um impacto grande porque vão ser retiradas do mercado de trabalho, algumas vezes, para fazer seus tratamentos, e vão também ter um impacto importante na questão da distribuição dessas mulheres, que têm que sair desse cuidado da família para estarem realmente em uma... Acho que não está passando, gente. Se vocês puderem passar para mim, agradeço. Ah, conseguiu. Além disso, temos outros sentimentos atrelados, como angústia, solidão, incapacidade ocupacional, que vão trazer, claro, um impacto social muito grande para todas elas. Então, temos alguns pilares de cuidado para essas pacientes e os pilares são realmente projetos que possam entrar em voga e tentar melhorar o acesso dessas mulheres. Então, hoje temos medicações que são incorporadas, mas não disponíveis de fato para o tratamento delas, que é uma das questões que trazemos aqui para bandeira deste *Outubro Rosa*. Temos a questão da promoção da saúde e estilo de vida, que é extremamente importante. Eu sei o quanto o Governo do Paraná é atuante nessas questões, mas talvez tenhamos que ter alguns outros elementos para reforçar essa necessidade. A coordenação do cuidado. Então, como trouxemos hoje pela manhã, os ambulatorios das pacientes que recebem alta, o como que elas vão ser cuidadas após saírem de um serviço de oncologia, e os efeitos tardios e a longo prazo de todo tratamento oncológico que elas eventualmente tenham que receber. Isso é extremamente complexo, é uma rede muito importante que se faz, como tratar questões pessoais de cada uma das nossas pacientes, que é tratar as questões

econômicas, e aqui estamos tratando de uma delas, que é o acesso às medicações necessárias para o tratamento delas, e as comorbidades associadas, como muitas vezes temos obesidade, hipertensão e outros problemas de saúde associados. Então, aqui, quero trazer de uma forma bastante clara e ampla o quanto, sim, é um problema nosso, é um problema nosso enquanto sociedade, é um problema nosso enquanto médica oncologista, e enquanto todos os representantes das nossas leis no nosso País, melhorarmos o acesso dessas mulheres e com isso diminuirmos o impacto em internamento, em redução dessas mulheres saírem dos seus trabalhos, das questões ocupacionais e, além disso, todas as outras questões importantes dessas mulheres que, muitas vezes, representam toda uma família e toda uma complexidade de cuidado. Então, alguns pilares que considero de enfrentamento no diagnóstico do câncer e no tratamento é a prevenção, que acho que estamos utilizando muito bem o *Outubro Rosa* para isso; o diagnóstico precoce, que é a disponibilização de mamógrafos, que também temos disponíveis no nosso estado; o tratamento - e aqui dou um exemplo de um programa de acesso que tivemos no Hospital Evangélico Mackenzie aos inibidores de ciclina e, em especial, o Ribociclib, que fez toda diferença para um número pequeno de mulheres, mas fez muita diferença; a educação continuada - e por isso que foi criado o *“Nós Por Elas”*, que é um projeto de minha autoria, que espero que possamos andar em comunhão com o poder público e a questão do Poder Legislativo, também, entrando em ação para melhorar todo esse enfrentamento que precisamos. E aqui só termino a minha apresentação com essa figura, que considero uma figura extremamente ilustrativa de tudo o que eu disse. Nós oncologistas gostamos muito de curvas, temos realmente um amor às curvas, e aqui mostrando que esse trabalho em conjunto do poder público, do poder privado, e da voz que podemos dar as nossas pacientes, que eu chamo da *“voz das rosas”*, eles podem melhorar toda essa curva e trazer realmente um cenário de pioneirismo ao nosso estado, ao Paraná e ao nosso País, de cuidado personalizado às mulheres que enfrentam um câncer de mama. Eu espero de verdade contar com a ajuda de todos vocês nessa grande empreitada. Aqui estão os meus contatos se alguém necessitar de alguma

consultoria técnica ou entender melhor algum dos projetos. Eu tive uma apresentação muito breve, mas fico totalmente à disposição e agradeço muito a oportunidade dessa voz. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados e Deputadas, gostaria da máxima atenção de todos e todas. Vamos ouvir aqui a Sr.^a Luciana Vieira, que é uma paciente oncológica. Então, gostaria que todos prestassem atenção na sua fala, por favor, por alguns instantes.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Senhor Presidente, muito obrigada por este carinho, obrigada por esta oportunidade. Eu e Mara, hoje, tivemos momentos de muita emoção. Obrigada pela autorização para ela falar. Prestem atenção, gente, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor. Deputado Tito, vamos ouvir aqui.

SR.^A LUCIANA VIEIRA: Boa tarde a todos. Estamos aqui hoje, vim a convite do Instituto, sou paciente e assistida pelo Instituto Humsol, a convite da nossa Deputada Mara Lima e da Deputada Cloara também. Desculpem-me o nervosismo, mas o dia hoje foi de muitas emoções. Na verdade, vim para dar um pouquinho do meu testemunho e não imaginei que poderia falar para vocês aqui hoje. Muitos de vocês conheço da mídia, sou uma pessoa simples, sou paciente oncológica do Hospital Erasto Gaertner desde 2015, onde descobri meu primeiro tumor. Hoje tenho duas síndromes genéticas que predispõem ao câncer, a Síndrome de Lynch e a Síndrome de Li-Fraumeni. Muitas pessoas não conhecem essas síndromes, muitos médicos não conhecem. A nossa Deputada Márcia que já esteve à frente da nossa Secretaria da Saúde de Curitiba com certeza sabe muita coisa sobre isso. Sou uma paciente com Febre Q também, necessitada de algumas medicações hoje de uso contínuo, que não tenho condições de ter essas medicações. Os exames de que preciso não tenho condições de ter, porque é uma situação muito complicada entre o protocolo SUS e a minha vida financeira. Foram 26 cirurgias até hoje, de 2015 até agora, a última que fiz foi em dezembro, está com 11 dias que sai da UTI. Hoje estou aqui por um milagre de Deus. Não era

para eu estar aqui porque tive novamente um pré-infarto devido à Febre Q, por falta dessas medicações, e toda vez que falta a medicação volta a febre e em um desses infartos posso não voltar mais. Tenho hoje um tumor na minha cabeça, fiz mastectomia bilateral com esvaziamento axilar e não consegui uma reconstrução boa ainda devido a essas condições também. Tive uma ruptura na prótese que foi colocada, causando uma necrose, o que também faz infecção, onde alimenta essa bactéria junto. Fui diagnosticada na semana passada, em uma nova biopsia, com câncer de esôfago. Do meu internamento para cá foram seis quilos a menos e, resumindo para vocês: é um milagre estar hoje aqui. Assim, que o meu testemunho venha trazer para vocês, abrir um pouquinho a visão de vocês não só para este *Outubro Rosa*, mas para o ano inteiro. Tem muitos homens que olham assim... Fui abandonada pelo meu esposo há dois anos, passei por violência doméstica, financeira e psicológica. Hoje cuido do meu filho de quatro anos, que é um bebê de fertilização *in vitro* para salvar a minha filha de 15. Gerei ele mediante a um tumor que já tinha em minha cabeça, levei uma gestação até 34 semanas para salvar a minha filha. Eram três vidas em jogo e, graças a Deus, as três estão aqui hoje, mas não sei até quando, porque foi isso que a minha oncologista falou para mim. A minha geneticista falou para mim: *Lu, não sabemos até quando*. E como chego para uma criança de quatro anos e falo para ela que não sei até quando vou ficar com ela? A minha filha de 15 anos entende, porque ela passa pelo tratamento de câncer também. Ela é paciente no Erasto e sabe que toda febre que ela tem, ela tem que ir lá e internar, tomar medicação. Hoje ela é uma menina de 15 anos e não tenho vergonha de dizer para vocês: ela trabalha como menor aprendiz. Ela estuda em meio a dores, a febre, a tratamento, a quimio. É uma menina que não é como qualquer outro adolescente! Vemos muitos adolescentes reclamando da vida. E queria deixar para vocês este pouquinho da minha história para chamar um pouquinho a atenção de vocês, para justamente ver o que vocês conseguem fazer para mudar essa história. Venho de uma família em que muitas pessoas morreram de câncer. O custo dos antibióticos, a Dr.^a Márcia sabe, uso Levofloxacina, Hidroxicloroquina, que brigaram tanto na pandemia do Covid por uma medicação e deixaram outros pacientes sem. Eu

usava diariamente a Cloroquina, enquanto as pessoas estavam julgando o uso dela. Tive um infarto em meio à pandemia por falta da Cloroquina. Uso ela, a Levofloxacina e a Doxiciclina de uso contínuo. A medicação de antibióticos por mês para mim custa em torno de R\$ 1 mil a R\$ 1.500,00. Temos um protocolo para pegar na farmácia do Governo uma quantidade, não se libera tudo, porque Febre Q por Coxiella Burnetti, em Curitiba, só tenho eu com esse diagnóstico. O Ministério Público foi acionado, os médicos acionaram, o INSS foi acionado... Não tenho um benefício pelo INSS, fui reprovada algumas vezes, porque não é um caso comum. Fora do Brasil é muito visto Li-Fraumeni, mas aqui no Brasil não é muito visto isto, porque não temos muitos casos. Hoje pertenço a uma empresa, trabalho em uma empresa onde não tenho salário, porque meu salário fica todo na parte da saúde, na parte da farmácia. Está ali no meu celular o meu holerite para qualquer um de vocês que quiser olhar e ver, meu holerite zerado. Dependo de uma cesta básica de um instituto. E quero dizer que se vocês têm mães, filhas e irmãs, suas esposas, levem ao médico! Vocês que têm condições de cuidar, cuidem. Hoje o meu sonho é ter saúde e poder trabalhar. Hoje não tenho essa saúde e não sei por quanto tempo vou estar aqui. Então, olhem mais para a questão da saúde. Não estamos aqui para discutir partido eleitoral, estamos lutando pela vida. Vamos deixar um pouquinho estas coisas de lado, gente, temos que nos unir. Deus nos deixou a palavra dele para nós. O amor de Paulo é o amor verdadeiro de um pelo outro. Não é porque você é do PSDB, do PT, não sei do que lá, temos que ser o amor de Cristo. A Bíblia não tem partido político, a vida não espera o partido político. Então, faça a tua parte, independente do que você tem que fazer, e que vocês consigam ajudar outras pessoas com esta mesma situação do que a minha que, talvez, consigam ser curadas. Quero muito viver, muito! Quero muito! Queria muito poder estudar mais, fazer outras coisas, mas não sei se vou conseguir! Obrigada. E que Deus abençoe vocês. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender a Sessão por alguns instantes, para fazermos os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Aproveito para fazer a leitura de uma Mensagem encaminhada pelo Governo. **Mensagem n.º 163/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 826/2023)** que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024, em conformidade com o inciso III do art. 165 da Constituição Federal, inciso XVI do art. 87 e art. 133, ambos da Constituição do Estado do Paraná, e Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 64.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Esta Casa, Presidente, tem se mostrado a verdadeira casa do povo. Participei de reunião hoje com o Pequeno Príncipe. Vi essa maravilhosa ação aqui, hoje. Quero parabenizar a Mesa da Assembleia, todos os Deputados e Deputadas. Esta Casa me deixa muito honrado. Estou no terceiro mandato aqui e me sinto muito honrado, Presidente. Parabéns a V.Ex.^a, a todos que compõem a Mesa, por dar condições a todos de fazermos isso. Neste momento, quero pedir um favor a V.Ex.^a, se V.Ex.^a permitir. Está aqui um soldado da Polícia Militar de Santa Catarina – veja o detalhe – de Porto União, o nome dele é Everton Rodrigo de Araújo. Moro em União da Vitória, Presidente, e as cidades são divididas apenas pelos trilhos ou pelo rio. O mundo não tem fronteiras, a solidariedade não tem fronteiras. Eu era Prefeito de União da Vitória, morava em Porto União; e o Prefeito de Porto União morava em União da Vitória. Este soldado de Santa Catarina mora em União da Vitória e socorreu um ato de violência grave, salvando uma senhora quando um meliante invadiu a sua casa. Então, é digno de registro, que fique marcado que a solidariedade, o amor ao próximo não tem fronteiras. Em União da Vitória/Paraná e Porto União/Santa Catarina não temos fronteira. Então, obrigado pela permissão de V.Ex.^a. Quero fazer esta entrega aqui ao Everton Rodrigo de Araújo, em nome do povo do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Peço então ao Líder do Governo e ao Everton que venham aqui até a Presidência, para fazermos este registro aqui na Mesa. Antes de anunciarmos o primeiro orador, informo que a programação do *Outubro Rosa* está repleta de atividades no Salão Nobre. Em parceria com o Sesc e Senac, acontece o “*Espaço Bem-Estar*”, com o acolhimento de pacientes com câncer de mama, roda de conversas e apresentações culturais. E no serviço médico da Assembleia, em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, estão sendo disponibilizados exames gratuitos Papanicolau, preventivos de câncer de cólon de útero, para as servidoras da Assembleia Legislativa. Primeiro orador inscrito, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Emocionante o testemunho daqueles e daquelas que lutam pela vida, que a cada dia são animados pela vontade de viver, de estar, de fazer, de pertencer. Nobre é a tarefa de um Parlamento que coloca a vida no centro de suas ações políticas. Entretanto, o parlamento paranaense, assim como o estado brasileiro, viu-se tomado pelos comensais da morte, pelos adoradores das armas, pelos que reivindicam a vingança e a violência como antídoto à própria vingança, à própria violência, aqueles que perpetuam o ciclo da destruição. No dia 2 de outubro de 1992, o estado brasileiro, impiedosa e covardemente, assassinou ao menos 111 seres humanos. Naquela sexta-feira, marcada pela covardia, havia um pleito eleitoral, em que políticos enganavam o povo. Paulo Maluf, ele, Paulo Maluf, condenado por desvio de dinheiro público, por lavagem de dinheiro público. Ele, Paulo Maluf, que ficou um ano preso e ganhou prisão domiciliar. Ele, Paulo Maluf, que com o indulto de Natal do Bolsonaro foi para casa, foi para rua, em 2022. Sim, o indulto do Bolsonaro para os grandes criminosos. Já que para os pequenos: *bandido bom é bandido morto*. E essa filosofia fez com que tropas e tropas disparassem mais de 3 mil tiros, promovendo um massacre que não encontrou punição, nem no Cel. Ubiratan, nem no atual Presidente, àquele momento, Fleury, nem no Presidente do Estado, no Presidente do País, Fernando Collor de Mello, aquele apelidado pela *Rede Globo* e pela classe empresária como o “*caçador de marajás*”. Ele próprio marajá, herdeiro do poder. Os grandes criminosos se esconderam e ainda se escondem atrás do

manto da impunidade. Vimos nesta Casa inclusive casos de corrupção, os Diários Secretos, milhões, milhões e milhões de reais desviados e ninguém preso. A impunidade para os gigantes. Bandido bom é bandido morto, pena de morte para os miseráveis. E o que o estado aprendeu da chacina, do massacre de Carandiru para cá? Nada. E pior: O que o ódio promoveu? Segurança Pública? Paz? Ordem social? Não. Em 1992 foi promovido o massacre; em 1993, nasceu o PCC como produto imediato das políticas odiosas, irracionais, oportunistas dos governantes. Notadamente, Fernando Collor de Mello, como Presidente, Fleury, como Prefeito, Governador, depois Maluf e hoje Bolsonaro, que liberou o Maluf. Mas, ora, bandido bom não é bandido morto? Então, por que o Maluf, que rouba milhões, foi liberado pelo mesmo Bolsonaro que foi alçado ao cargo de Presidente da República com esse *slogan* macabro, não reivindicando a vida, mas sim a morte? Não exigindo uma política de segurança pública... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato, para concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não exigindo uma política de segurança pública que coloque a vida no centro do interesse e da defesa do estado, mas sim o patrimônio. Portanto, os crimes patrimoniais são reprimidos com mais violência do que os crimes contra a vida. Fui até o Complexo Penal semana passada e um preso disse na frente de todos os policiais penais que tinha sido torturado, mostrou as marcas, os cortes e não foi desmentido. Os policiais penais olharam para o chão, porque ele falava a verdade. A tortura caminha entre nós. O que me espanta nestes tempos difíceis não é o silêncio dos bons, ou melhor, ou melhor, não é a ação dos maus, mas sim o silêncio dos bons. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por favor, concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Não me calo, sou um Deputado Estadual e estou no Parlamento, eu parlo, eu falo, e não falo só por mim, falo por todos aqueles que tiveram as suas vidas desperdiçadas e perderam a voz. Nós estamos vivos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Estamos unidos em defesa da vida e quero fazer um convite a toda a sociedade paranaense para que compareçam, se puderem, no próximo domingo, na caminhada *Juntos pela Vida*, promovida pela Arquidiocese de Curitiba, em defesa dos nascituros. Vamos defender aqueles que não têm voz que os defendam, vamos defender os nascituros. Eu trago esse convite a pedido do nosso Arcebispo, meu querido amigo Dom José Antônio Peruzzo, e do Bispo auxiliar, Dom Zico. A caminhada *Juntos pela Vida* vai ser no dia 8 de outubro, às 14 horas, com concentração na Catedral Metropolitana, em frente à Praça Tiradentes, e ela irá até o Tribunal de Justiça, aqui ao lado, na Praça Nossa Senhora de Salete. Quero também parabenizar a Mesa Executiva desta Casa e agradecer pelo excelente atendimento dado, hoje, à Diretoria do Hospital Infantil Pequeno Príncipe. Quando fui Secretário de Justiça, Família e Trabalho do Paraná, através do Fundo da Infância e da Adolescência, repassamos muitos recursos para esse hospital, que é muito importante para o atendimento das crianças paranaenses. E eu sei que no mês de dezembro, o Presidente Traiano, o 1.º Secretário, Deputado Alexandre Curi, as Deputadas Márcia, Flávia, o Governador Ratinho Júnior, todos nós juntos, deveremos ter uma surpresa positiva para o Hospital Infantil Pequeno Príncipe. E quero registrar hoje, oficialmente, o início, que aconteceu ontem, domingo, do *Outubro Rosa 2023*. A minha esposa Carina é Presidente de honra de um instituto que leva o nome do meu falecido avô, Dr. Ney Leprevost, ex-Procurador de Justiça, Ex-Prefeito de Curitiba, advogado, um grande humanista, e o Instituto Doutor Ney Leprevost desde sábado já, ainda no último dia de setembro, está nas ruas de Curitiba, nas feiras, nos parques, nas praças, nos bairros, fazendo a conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e a prevenção do câncer de mama, Deputada Márcia Huçulak. É muito importante que as mulheres tenham a consciência de que essa prevenção é fundamental, porque, depois da pandemia, o Ministério da Saúde registrou uma queda abrupta no número de

peessoas que fazem o exame radiológico das mamas anualmente. Então, temos que incentivar as pessoas a fazerem esse exame, principalmente as mulheres que têm mais de 40 anos de idade. Eu parablenizo a Bancada Feminina das Assembleia Legislativa, a Deputada Mara Lima, a Deputada Marli Paulino, a Deputada Silvestri, a Deputada Rafagnin, a Deputada Francischini, a Deputada Huçulak, por estarem fazendo também, junto com a nossa querida Deputada Cloara, esse trabalho aqui na Casa. É um trabalho muito importante. Se as pessoas tivessem noção do quanto é diferente o tratamento do câncer de mama detectado no seu estagiozinho ali inicial com a diferença daquele que é detectado quando a mulher apalpa os seios com as mãos, todas as mulheres com mais de 40 fariam o exame radiológico, porque o tratamento não precisa ser invasivo, ele pode não necessitar de amputações. A minha própria mãe tratou um câncer de mama e curou-se sem necessidade de procedimentos mais drásticos, e eu sou muito grato a Deus por isso. E convido, então, todas as mulheres a participarem do *Outubro Rosa* e a cuidarem da sua saúde, porque vocês, mulheres, são muito importantes para a sua família e para todos nós. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa aqui do nosso sempre Deputado Marcio Pauliki. Seja bem-vindo! O povo está com saudades de V.Ex.^a aqui. Próximo orador, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; cumprimento o líder do Governo e o Líder da Oposição; cumprimento a sociedade que nos assiste através da *TV Assembleia*; cumprimento os senhores jornalistas, que estão sempre aqui presentes levando a informação à sociedade; e cumprimento meu Bispo, Rafael Querido, da Igreja O Alvo Church, que se encontra aqui. E informo que tivemos uma reunião hoje, Sr. Presidente, a respeito do aborto, preocupados que estamos com a supressão da vida. Estamos no *Outubro Rosa* falando em prevenção, prevenção à vida e o aborto nada mais é do que a supressão da vida, a supressão de uma vida que pode ser evitada. Então, mais do que nunca, precisamos usar esta tribuna e precisamos discutir questões referentes ao aborto, até porque, Senhores, esta

questão está sendo discutida em um local não apropriado, que é o Supremo Tribunal Federal. O local adequado é uma Casa Legislativa, onde estão os representantes da população, que seria o Congresso Nacional, com seus 513 Deputados Federais e seus 81 Senadores. Não, ao contrário, 11 Ministros iluminados estão lá discutindo se devemos descriminalizar o aborto, se devemos descriminalizar o porte de drogas. Ora, Excelências, precisamos debater, sim, e nesta Casa Legislativa também. Apesar de não termos competência para legislar sobre Direito Penal, consoante art. 22, inciso I da Constituição Federal, Sr. Bispo, temos que influenciar os nossos Deputados Federais, os nossos Senadores e a população paranaense, até porque se estivesse em discussão, Sr. Bispo, hoje a morte de filhotes de tartarugas verde oliva, que está em extinção, tenho certeza de que muitos partidos iriam se manifestar. Muitas reuniões existiriam e essas reuniões chegariam à conclusão de que os animais têm que ser protegidos. E concordo que sejam, nos termos da Lei n.º 9.605/98, mas a vida humana, Sr. Líder Governo, é muito mais importante. Motivo pelo qual estamos extremamente preocupados, temos feito diversas reuniões com evangélicos, com pessoas da comunidade e precisamos, sim, manifestarmo-nos, precisamos influenciar o povo paranaense para que, democraticamente, cobrem dos seus Deputados, seja de esquerda ou de direita, não importa, cobrem dos seus Senadores um posicionamento sobre a vida. Por quê? Porque o Código Penal já tipifica o crime de aborto. E quem é o Supremo Tribunal Federal para mudar aquilo que é vontade popular? Porque o Decreto Lei n.º 2.848/1940, que é o Código Penal, já tipifica. Então, não existe omissão por parte do Estado. E se inexistisse omissão por parte do Estado, Sr. Presidente, não podemos, de forma alguma, perpassar este poder à nossa Corte Constitucional. E a vida é um bem jurídico indisponível, quanto mais, Senhores, a vida de um nascituro, motivo pelo qual o *Estatuto do Nascituro* deve tramitar com celeridade no Congresso Nacional, e temos que pensar que muitos partidos são contra a pena de morte. Ora, Senhores, se somos contra a pena de morte para estupradores, para homicidas, para bandidos, como poderemos ser favoráveis à pena de morte para nascituros, que são a vítima mais indefesa, Sr. Presidente, que existe, os nascituros. Então, preocupados estamos. É uma

questão suprapartidária, que vai além também de uma igreja. Sou da igreja Alvo Church, mas todas as igrejas são muito bem-vindas, porque a causa é bíblica. E a causa é de mácula à Constituição Federal, que erige a vida como bem jurídico supremo. Motivo pelo qual nosso gabinete está à disposição, nossa igreja está à disposição para debatermos o assunto, para debatermos na Casa Legislativa, onde é o ambiente propício para levarmos adiante a vontade popular, não em uma Corte Constitucional, com Ministros escolhidos por Presidentes da República que não têm vínculo nenhum com a sociedade. Devem eles, Senhores, legislar, no caso o Congresso Nacional, e deve o Supremo Tribunal Federal aplicar a lei ao caso concreto, mantendo-se equidistante das partes, que é a função de qualquer juiz. Então, estamos debatendo este assunto. Estamos procurando apoio de Deputados Estaduais e de Deputados Federais para organizarmos uma manifestação em Curitiba pró-vida para a garantia de direitos da vítima mais indefesa que existe, Deputado Ney Leprevost, que é o nascituro. Muito obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra o Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, “*matemática*”. “*Matemática*” é uma disciplina que agora está sendo usada no Palácio Iguaçu para tentar explicar a catástrofe do leilão do pedágio na sexta-feira. O *slogan* bonito, curto e fácil de memorizar: *Tarifa barata, garantia de obras e transparência*. Esse era o bordão do Secretário Sandro Alex nas inúmeras reuniões, e que tentava convencer a população que esse modelo de pedágio era o melhor para o Paraná. Mas a matemática de verdade se traduz em números, e os números vistos na sexta garantem e fazem eu dizer que o pedágio no Paraná volta caro e voltará, em um determinado tempo, mais caro do que é. Sete praças no lote dois, três dessas novas. E o que aconteceu? Apenas um concorrente participou do leilão e um desconto pífio. Aliás, nem desconto é, 0,08%. Aquele verniz de transparência: vai ser na Bovespa. Pode ser na Bovespa, poderia ser na padaria, poderia ser no fundo do quintal, na sala de licitação, o jogo era uma carta marcada e ganhou um único concorrente, que nem desconto deu. E não deu desconto, inclusive, para

não pagar, Renato, o tal do aporte financeiro. Então, a transparência tem um verniz de legalidade: foi feito na Bolsa. A garantia de obras, não tem. Não teve aporte financeiro, que era o discurso aqui nesta Casa do Governo, que o aporte garantiria que as obras fossem executadas e aconteceria a tarifa mais barata. Veja bem, em 21 de novembro de 2021, o pedágio na praça de São José dos Pinhais custava R\$ 23,30. Com o desconto obtido no leilão ela vai custar R\$ 19,54 na propaganda, porque o Governo em momento algum atualiza o IPCA, pois o edital era do ano de 2021. Eu atualizei o edital e vai custar o pedágio naquela praça R\$ 22,30. Por ironia do destino, um real a menos só do que o pedágio que tinha, mas depois do quinto ano tem o degrau tarifário e a praça vai passar a custar mais do que custava antes. Um contrato que deixa de ser de 24 anos e passa a ser 35, 30 prorrogado por mais cinco. Ou seja, enganaram o povo do Paraná. Mais ainda: um veículo de carga, com seis eixos, pagava naquela praça R\$ 117. Agora, quando começar funcionar a praça, vai pagar R\$ 133,80. Sabe por quê? Porque o modelo maravilhoso defendido pelo Sandro Alex igualou o veículo de passeio e o transporte de cargas e, agora, temos esse resultado pífilo. Mais ainda: sequer olharam ou acataram as indicações feitas pelo TCU que, em novembro de 2022, falou: se não forem adotadas tais medidas, tais movimentos, vamos continuar tendo um pedágio mais caro. Dito e feito: caro o pedágio. Quero aqui pedir, Presidente, que esta Casa volte ao tema. Temos que tomar medidas para diminuir o efeito trágico. O interior do Estado será prejudicado, a exportação do Estado será prejudicada, a importação será prejudicada, porque essa praça é o eixo de ligação para o litoral, é o eixo de ligação com o Porto de Paranaguá. Nós vamos encarecer o arroz, o soja, o milho. Vamos encarecer nossas roupas que são vendidas ao exterior, os nossos produtos químicos, fármacos. O que tem acontecido agora que o resultado aconteceu? A “*matemática*” não valeu e valeu a matemática. E número - a ciência exata - não mente. Cara é a ideia, caro foi o processo, mas muito mais caro será a trajetória econômica do Paraná. Não dá, Presidente, *para passar pano*. O Governo precisa tomar uma posição contra o pedágio. Esse modelo errôneo tem que ser corrigido. Esse é o nosso sentimento. Esse é o sentimento do povo paranaense, mais uma vez enganado. E não mais

com apenas 27 praças, agora com 42; e não mais com 24 anos de contrato, agora com 35; e não mais com uma tarifa que era a mais cara do Brasil - nada pode ser comparado ao pedágio passado... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arilson, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... Nada pode ser comparado ao incomparável. O pedágio passado era um roubo ao povo paranaense, caro, superfaturado, sem garantia que as obras fossem executadas, 51% das duplicações apenas, 57% das terceiras faixas, 38 grandes obras que sumiram do contrato, adiantamento de R\$ 10 bilhões cobrado a mais do povo paranaense. Esse modelo é incomparável a qualquer coisa. Agora, vem uma propaganda para dizer que baixou 56%? Que mentira! A matemática não deixa mentir. Não abaixou nada. Será mais caro do que era, principalmente após o quinto ano. E para você caminhoneiro que está me ouvindo, o pedágio, de cara, mesmo sem as condições efetuadas que coloquei aqui, no modelo que o Governo defendeu, já vai ser mais caro a partir do primeiro dia de cobrança da praça. Pedágio barato, garantia de obras e transparência ficou na propaganda, o resultado é 22,30.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Subo a esta tribuna para externar, sobretudo, uma preocupação com a conduta de uma parte do Poder Judiciário que, aparentemente, está imbuída de atrapalhar o desenvolvimento do Estado do Paraná, por motivos claramente ideológicos. Eu me refiro a uma decisão de agora, adotada pela mesma magistrada que havia suspendido uma obra pretérita, que agora trava o início da construção da Ponte de Guaratuba. A Ponte de Guaratuba não é apenas a obra viária mais aguardada do Litoral, ela é de fato a possibilidade que temos de aposentar o atraso, o atraso daquela balsa, o atraso de um Litoral que não consegue se desenvolver. E quando todos estamos prontos ao início da obra, sai uma decisão claramente fincada por motivos ideológicos, dizendo que não foi

consultada uma comunidade quilombola. Sendo que a comunidade mais próxima, fica, Deputado Romanelli, a 20 km do pé da ponte. E aí travamos o início da obra. Perdoem-me a sinceridade, mas a obra da Ponte de Guaratuba está sendo travada neste momento por *mi-mi-mi*. Atravanca-se o desenvolvimento por uma decisão que, claramente, será reformada pelo Tribunal. Já sabemos o desfecho. O Tribunal vai derrubar a decisão como já derrubara logo ali atrás, mas esse tipo de decisão do Poder Judiciário acaba por desestimular a chegada de investimentos ao Brasil e ao nosso estado em particular, por uma enorme insegurança jurídica. Está encantada a Ponte de Guaratuba há três décadas e aí, quando ela vai, trava-se a obra a pretexto de que não foi consultada uma comunidade dos povos tradicionais, que nem perto da ponte fica! Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, essa não pode ser uma manifestação isolada do Deputado Denian, tem que ser uma posição do Parlamento, não é possível! De novo? Nem perto fica a comunidade tradicional da ponte. Vinte quilômetros! *Ah, mas deveria ser consultada*. A decisão vai ser derrubada pelo Tribunal. O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região vai reformar certamente a decisão da magistrada de 1.^a instância, mas o povo do Paraná e de Guaratuba, em particular, está na tampa, ninguém aguenta mais! Não é possível! A ideologia, hoje, ela é motivo e gasolina e combustível para atravançar o desenvolvimento. O Incra se manifestou contrário. O Incra do atual Governo se manifestou contrário. E, ainda assim, tranca-se a obra. Haja paciência. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Soldado Adriano José - PP): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Tinha marcado meu nome para falar na Liderança, mas resolvi antecipar um pouquinho, porque ouvi duas falas aqui que não posso deixar de rebater. A primeira fala foi do Deputado Renato Freitas, quando mais uma vez está defendendo quem cometeu crime. Só vai para a cadeia quem cometeu crime. Se você quer viver bem, não cometa crime. Essa é a orientação que aconselho ao Deputado Renato Freitas dar a quem ele sempre apoia, os criminosos: *Não*

cometam crime. Vocês não vão ser judiados, não vão levar tiro, não vão para a cadeia. E também não façam rebelião. Rebelião agressiva, atacando policial, com certeza o policial tem que agir de alguma maneira. E no meio de uma guerra às vezes perde-se o controle, como foi o caso do Carandiru. Não apoiamos isso, mas sabemos que em uma guerra se perde o controle. Só quem está lá no meio sabe muito bem como é que é, e o que eles receberam dos presidiários que ali estavam. Agora, o que acho muito interessante no pessoal do PT é que eles têm dois pesos e duas medidas. É impressionante a *cara de pau*, como eles falam e ficam indignados! Aí ouvi lá o Deputado falando que o Bolsonaro deu indulto para o Maluf, um sujeito que foi condenado e preso por desvio de dinheiro público. Aí pergunto: E o Lula? Gente, é uma piada isso. O Maluf, que tem fama de ladrão, perto do Lula é um trombadinha, é um ladrão de telefone celular, porque o Maluf aprontou a dele e pagou uma parte da pena dele, mas o Lula não pagou a pena, ficou muito pouco tempo e destruiu, saqueou o Brasil inteiro. É o maior ladrão que este País já teve, e o Deputado Renato Freitas vem falar de Maluf. Tadinho, o Maluf perto desse Lula não existe! É um menininho, um trombadinha apenas. E vou ler um pouquinho para o Renato, o senhor que é formado em direito e devia saber muito bem, vamos ver a decisão do Ministro Fachin, o mesmo que tirou o ladrão do Lula da cadeia e permitiu que um político ficha suja pudesse concorrer às eleições. *“Ministro Fachin, do Supremo Tribunal Federal, extinguiu as penas do ex-Deputado Paulo Maluf, que também foi governador e prefeito de São Paulo, em duas ações penais, por entender que ele preenche as regras do indulto natalino concedido pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, em dezembro de 2022”*. Está aqui o Supremo avalizando que ele preenche os requisitos, não é que ele inventou algo novo. Diferente do Lula, que não preenche requisito nenhum, a não ser ficar 100 anos na cadeia - e seria pouco. *O Ministro Fachin declarou extintas as penas privativas de liberdade impostas a Maluf nas ações penais 863 e 968*. Então, encerrada a demagogia barata da esquerda de querer achar culpados onde não tem e esquecer que eles são filhotes do maior ladrão deste País, que é o Luiz Inácio Lula da Silva, que saqueou o Brasil e novamente voltou à cena do crime e está destruindo o Brasil novamente. Vamos falar de números na outra fala minha.

Segundo ponto aqui, o Deputado Arilson Chiorato soltou umas matérias nos grupos de *WhatsApp* criticando o Governo Ratinho Júnior, que é uma mentira esse pedágio, que o pedágio vai ficar mais caro. É bom lembrar ao Deputado Arilson e a todos os Deputados do PT que este projeto do pedágio é do PT. Nós Deputados aprovamos aqui a concessão das estradas ao Governo Federal e o projeto do novo contrato de pedágio foi autorizado e feito pelo Ministro do PT! Ora, reclame com o PT! Ele é o Ministro, ele autorizou: *É desse jeito que queremos*. E outra coisa, o valor em geral abaixou 40% do pedágio. É matemática, sim! É só fazer a conta certa, não a conta com viés ideológico, que é bem diferente. Então, gente, acho gozado o PT falar de números. Estamos vendo o Brasil ser destruído e eles não falam de números... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Soldado Adriano José – PP): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. Estamos vendo aqui as contas públicas com um rombo de bilhões e os petistas não falam nada. Eles só pensam em matemática quando é para criticar alguém. Por favor, Senhores, tenham vergonha na cara, respeitem a nossa inteligência. Por favor! Vocês aqui não falam para militantes do PT, que falam “*amém*” para tudo, que não se informam, que vivem nesse mundinho do PT, o mundinho criminoso que eles vendem, que é o mundinho da *Alice no País das Maravilhas*. É isso aí.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Soldado Adriano José – PP): Pela Ordem, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Fui citado que votamos o modelo de pedágio. Quero registrar que votei contra a concessão das rodovias. A Oposição votou contra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Soldado Adriano José – PP): Horário das Lideranças. Próximo orador, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Na verdade, Deputado Traiano, subo à tribuna para falar com tristeza o que aconteceu na última sexta-feira, com a frustração do leilão que não houve. Desde a terça-feira sabíamos que apenas uma única empresa havia apresentado uma proposta na licitação que está sendo promovida pelo Governo Federal, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e que efetivamente essa empresa, como prevíamos, como não houve competitividade, não iria ofertar desconto. Só não achei que eles iam querer fazer o que fizeram, a maldade que fizeram, de proporcionar um desconto de 0,08%. É um escárnio, é um desrespeito na verdade ao processo licitatório. Como todos sabem aqui nesta Casa, o Ex-Ministro Tarcísio de Freitas foi quem fez a concepção desse modelo de pedágio em rodovia. Não foi exatamente esse o primeiro modelo que ele fez, o primeiro ele queria nos cobrar, Deputado Requião Filho, uma outorga, queria fazer com que o Paraná pagasse mais um tributo além da tarifa de pedágio. Esta Casa se uniu, pelos 54 Parlamentares que a integram, e conseguimos rechaçar a criação do modelo de pedágio com outorga, mas, infelizmente, o que ficou foi uma modelagem que foi desenvolvida pelo Governo Federal, mantida pelo atual Ministro dos Transportes, Renan Filho, e todos viram, os que argumentavam que tinha que ter aporte, sim, porque se não tivesse aporte não tinha garantia. Ora, Senhoras e Senhores, quanto foi que essa empresa que venceu o leilão deu de aporte, Deputado Tercilio? Zero! Nenhum centavo! Então, aqueles que sustentavam que o aporte era para garantia de obra, agora não tem garantia nenhuma. Ora, sabemos que o aporte nunca serviu para garantia de obras. O aporte ia servir, Deputado Alexandre Curi, para pagar, por exemplo, a tarifa do usuário frequente. Como não houve aporte, quem vai pagar a tarifa do usuário frequente sabe quem é? É você usuário de rodovia, é você caminhoneiro. Quem vai pagar é a própria tarifa. Da forma com que foi feito, fomos lá - eu, o Deputado Arilson Chiorato, o Tercilio Turini, o Evandro Araújo - pedir que fosse feita a recontagem de tráfego, porque o tráfego está subavaliado. Resultado: Não foi feita a recontagem de tráfego. Essa empresa que venceu a licitação vai ter lucros milionários, porque a tarifa é aquela que está prevista naquele documento que

fizemos o informe, porque infelizmente alguns não fazem a atualização dos valores. A tarifa terminou, Deputada Cloara, do pedágio aqui para as praias, para Paranaguá, para automóvel pequeno, a um preço de R\$ 23,30, que tinha um degrau tarifário, tinha um superfaturamento - aquela tarifa -, e vai voltar com mais de R\$ 23,30, porque esse é o valor de agosto, ou seja, voltar ainda com a inflação de mais dois meses antes do início do começo do pedágio. E para o transporte de carga uma tragédia. Aliás, o setor produtivo deveria imediatamente ir a Brasília e pedir urgentemente que fosse, primeiro, cancelado esse leilão. Tem que ser cancelado o leilão, porque esse leilão também, minha gente, firmou um patamar agora de desconto que vai servir para os próximos lotes, para os lotes três, quatro, cinco e seis. Tadinhos dos usuários de rodovias do Paraná. Vou dar um exemplo. O transporte de carga, um caminhão de seis eixos, que é uma carreta que vai a Paranaguá, até novembro de 2021, pagava R\$ 117,00 para passar pela praça de pedágio de São José dos Pinhais. Agora, já agora, com o valor de hoje, voltará a pagar R\$ 133,00 a tarifa de seis eixos. Deputado Hussein Bakri, de R\$ 117,00 para 133,00. Isso infelizmente não é matemática, é a realidade do que estamos vivendo. E vou repetir, a tarifa do usuário frequente vai voltar e vai onerar a própria tarifa. Vamos viver no Paraná uma situação que, infelizmente, por mais que tivéssemos vontade que as coisas fossem diferentes, o que estamos vendo acontecer é que para vir de Londrina, Deputada Cloara, vai ficar mais caro do que era antes. Da mesma forma, Deputado Do Carmo, para vir de Maringá vai ficar mais caro o pedágio do que era antes. Esse é o fato. A realidade que infelizmente temos que estar enfrentando. Então, não vejo outra alternativa a não ser, Deputado Arilson, raramente concordo com o Deputado Ricardo Arruda, mas tenho que concordar que a responsabilidade é do Governo Federal. Aliás, o Presidente Lula disse claramente que estava confiando no Ministro Renan Filho em relação à modicidade da tarifa. Infelizmente não é isso o que está acontecendo, porque quando estiverem todos os lotes, os 3 mil e 300 quilômetros, toda a origem e destino no Paraná, quando estiver os 3 mil e 300 quilômetros leiloados e cobrando tarifa, a origem e destino no Paraná de qualquer ponto vai custar mais caro do que era antes. Esse é o fato que infelizmente é incontestável.

Deputado Tercilio Turini (PSD): Permite um aparte?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Sem contar que ele tem degrau tarifário que vai ser cobrado. Então, o problema é muito grave. Pois não, Deputado Tercilio, o senhor tem o aparte.

Deputado Tercilio Turini (PSD): Deputado Romanelli, agradeço o aparte. Prestei atenção na fala de V.Ex.^a. Quero dizer que fiquei extremamente preocupado com o resultado desse leilão que, na verdade, foi a homologação de uma única proposta. E, olha, Deputado, não estamos levando em consideração que praticamente todas as praças vão ter degraus. E outra coisa, acho que na história do Brasil, não sei se do mundo, Jacarezinho é o único município que vai ter duas praças com uma distância pequena uma da outra. E quando V.Ex.^a fala que o setor de cargas vai ser extremamente penalizado, vai ser uma tragédia, e isso vai ocorrer e não adianta querer comparar pedágio de agora com pedágio anterior, que as praças eram todas superfaturas. A Justiça, o Ministério Público disse isso. Então, podemos comprometer o futuro do Paraná e principalmente quem mora longe. Deputado Romanelli, quando era criança pequenininha lá em Londrina, morava na zona rural; quando uma pessoa era enganada ou entrava em uma fria, meu pai falava: *Ele montou em um porco*. Pergunto a V.Ex.^a: O Paraná montou em um porco? Obrigado, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Acho que montou na verdade em uma porcada, para ser bem sincero! Olha, quero concluir a minha fala novamente dizendo o seguinte, é necessário que o Governo Federal reveja essa licitação, é fundamental que o Ministro Renan Filho, dos Transportes, cumpra o que prometeu para o Presidente Lula, que iria dar uma tarifa de pedágio barata para o Paraná, porque todas as praças de pedágio vão voltar. As da PR-151, as novas da PR-092 e as duas praças de pedágio que o Deputado Tercilio Turini acabou de dizer, Deputado Traiano, era uma praça de pedágio ilegal, que tinha degraus tarifários, custava R\$ 24,40, e não é possível você comparar aquilo que era absurdamente elevado. O fato concreto é que não tem milagre. Claro, o custo da infraestrutura, o custo. Mas, o fato é que o modelo, a modelagem, a falta de

recontagem do tráfego, a falta de abertura de fato da famosa *caixa-preta* em relação à tarifa é que esta nova concessionária, que é um fundo de investimento, que tem praticamente zero de expertise... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Concluo, Ex.^a. Um fundo de investimento que tem zero de expertise, praticamente zero de expertise em concessão rodoviária, como foi a outra que ganhou. Por que a CCR não participou do leilão? Por que a EcoRodovias não participou do leilão? O Governo Federal tem que nos dar explicações! Ou é um conluio, ou é um acordo, ou cada uma já ficou com um lote e vão ficar todos eles com lucros extremamente elevados? Porque, minha gente, discurso aceita tudo, agora o mundo real é quando o usuário de rodovia vai chegar na cabine, o caminhoneiro vai pagar a tarifa do pedágio, aí, minha gente, não há propaganda que sobreviva a isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Luís Corti, por favor.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Pares, todos que nos prestigiam com suas presenças e todos que nos assistem e nos ouvem pelos mais diversos meios de comunicação, rádio e televisão. É uma honra muito grande, Sr. Presidente, estar aqui em mais uma oportunidade, ao tempo em que muitos assuntos passam pela discussão, mas pego uma carona aqui no assunto trazido com anterioridade, há poucos minutos. Há seis anos, caro Tercilio, dei a minha opinião sobre a concessão através de leilão, licitação para quem desse o menor lance com a garantia da implantação de obras. E ao fazer uma licitação como esta, quem já passou pelo poder público, em especial no Executivo, sabe que contas precisam ser feitas. A conta do custo do investimento e a conta de quanto vai para pagar o investimento e, a partir daí, a concessão de serviços, quanto que o Estado estará disposto a pagar pela concessão dos serviços. Uma coisa é verdadeira: em um País e em um mundo onde o número daqueles que ofertam determinado serviço é extremamente limitado não se pode afirmar, caro Deputado

Romanelli, a prática de eventuais ajustes anteriores ao processo licitatório, porque a pessoa jurídica e seu representante participam se quiserem de determinado leilão, de determinada licitação. Eles podem fazer, caro Presidente Traiano, a opção por participar ou não participar! Não há quem obrigue alguém a participar de determinada disputa para prestar este ou aquele serviço, mas, preventivamente, pude lá atrás, caro Hussein Bakri, alertar, quem sabe, oxalá, de uma eventual revogação, porque evidentemente somos a favor daqueles que usam os serviços e não daqueles que prestam os serviços. Aqueles que prestam os serviços precisam ter condições para que o serviço seja feito. Mas, ora, Senhores, lá atrás dei minha opinião: *Não fragmentem em lotes, façam em um lote único*. Quero ver algum tipo de ajuste em uma única licitação do Paraná inteiro, e o prestador do serviço correndo o risco de ganhar tudo ou não ganhar nada. Quem sabe tivesse sido uma das alternativas para se evitar aquilo que se chegou neste instante, onde uma única empresa participa de um determinado leilão. Acho que é hora de repensar e, quem sabe, entrarmos neste assunto e pedirmos que esse leilão seja reeditado pela falta de competitividade. No entanto, o que me traz hoje aqui, Sr. Presidente, é um assunto referente à educação do Estado do Paraná, onde o Estado do Paraná na educação dá um sobressalto de sétimo para primeiro lugar em nível de Ideb do Brasil. Tenho aqui o relatório: *Ensino médio, Paraná em primeiro lugar; em segundo, São Paulo; em terceiro, Minas; quarto, Distrito Federal; quinto, Espírito Santo; sexto, Pernambuco; sétimo, Rio Grande do Sul*. No ensino fundamental, de 6.^a a 9.^a série, o Estado do Paraná empata com São Paulo, Ceará e Paraná, porque a diferença é milimétrica e dá condições que digamos que o Estado do Paraná neste item, também, está em primeiro lugar. Mas, nosso caro Líder do Governo, Hussein Bakri, quero agradecer a V.Ex.^a pela intervenção pontual junto à Secretaria da Educação do Estado do Paraná, agradecer ao Secretário Roni Miranda e cumprimentá-lo pelo importante trabalho desenvolvido junto à Secretaria da Educação. O relato histórico da conexão semanal, Sr. Hussein Bakri, entre os Chefes de Núcleos dá condições para o Estado integrar as ações da Capital para o Interior, da Secretaria para o Núcleo, do Núcleo para o Diretor e do Diretor com o Professor, e faz com que ocorra o

aumento na qualidade da educação para quem já passou por sala de aula na condições de aluno e, também, de professor - é sabido, não há mistério, é a garantia do aluno em sala de aula. Cumprimentar o Governo do Estado e a Secretaria pela adoção da chamada *on-line*, que dá condições para que o Secretário saiba, para que o Chefe do Núcleo saiba, para que o Diretor saiba, para que o Professor saiba, para que os pais dos alunos saibam qual é a frequência diária do aluno em sala de aula, e também quais providências que o Diretor, que o Professor estão tomando em eventual baixa de frequência. Abaixou de 85% a frequência em sala de aula impõe medidas de tomada de providências, como o acionamento do Conselho Tutelar - que, aliás, tivemos eleições no dia de ontem em nível de Paraná, estados e Brasil -, o acionamento da própria família, o acionamento das entidades responsáveis pelas condições das crianças e até do Ministério Público. Aluno em sala de aula e conteúdo disponível, não há outra alternativa. O Estado do Paraná está muito bem. Quero agradecer ao Secretário de Educação do Estado do Paraná pelo fato de uma situação muito pontual na cidade de Dois Vizinhos, que foi razão para intervenções, para pronunciamentos em rádio, para pronunciamentos em jornais, no dia de hoje, e em uma audiência lá na Secretaria de Educação ficou pacificado, Sr. Presidente, na cidade de Dois Vizinhos. O Colégio Duque de Caxias permanece onde está. O ensino fundamental que é do município, de primeira a quinta série, vem para a estrutura do Ceebja. Por outro lado, Sr. Presidente, nos foi autorizado, caro Hussein Bakri, anunciar nesta Casa de Leis que a Secretaria de Educação do Estado do Paraná deu sinal verde para que possa ser implantado o ensino integral, nas séries da sexta ao nono ano, no Colégio Duque de Caxias. Queremos agradecer ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Educação do Estado do Paraná pela garantia da implantação do ensino em tempo integral no Colégio Duque de Caxias, na cidade de Dois Vizinhos. Queremos agradecer, também, Sr. Presidente, ao Sr. Secretário de Educação pela garantia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Corti, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Está garantido no período noturno. Mas, também, foi dada a palavra para os mais de 40 alunos que estudam no período da manhã, porque trabalham à noite ou porque à noite precisam cuidar da sua família, quando o cônjuge está trabalhando, em função de que temos algumas empresas na cidade que trabalham no regime de primeiro turno, segundo e terceiro turno, e que a presença do Estado na oferta de educação de jovens e adultos de manhã e à noite é imprescindível. Muito obrigado, Secretaria de Educação. É este o registro de um Parlamentar extremamente satisfeito com as notícias obtidas no dia de hoje, da capital para o sudoeste... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos. Professor Lemos, não o vejo no Plenário. Opa, surgiu do nada, Professor Lemos! Só podia ser, não é? O Lemos jamais iria deixar de falar nestes 10 minutos. Espero que o tema não seja o mesmo, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Sim, sim. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que acompanha esta Sessão, mesmo a distância e também com suas presenças aqui na Assembleia. Quero reforçar o convite para a sessão especial de amanhã, aqui neste Plenário, às 9 horas, junto com o Deputado Hussein Bakri. Faremos a sessão de abertura da Conae, da Conferência Nacional de Educação Etapa Paraná. Teremos, então, 32 conferências regionais, nos 32 núcleos de educação, com a presença da comunidade escolar inteira - professores, funcionários, pais, estudantes e demais lideranças dos municípios. Os delegados tirados nas 32 conferências regionais, que acontecerão dos dias 20 a 29 de outubro, virão para a Conferência Estadual em Curitiba no final de novembro. Os delegados serão tirados aqui na Conferência Estadual e representarão o Paraná na Conferência Nacional, em Brasília, no final de janeiro do ano que vem, com o objetivo de construirmos um novo Plano Nacional de Educação. Depois, construiremos o Plano Estadual e um novo Plano Municipal de Educação em cada município do estado e do Brasil. Então, a participação de todos e de todas é muito importante. Fica aqui reforçado o convite para a sessão de amanhã, às 9 horas, das 9 às 11, aqui neste Plenário. Senhor

Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, também quero mais uma vez falar aqui da importância da cadeia do leite, da importância de proteger os produtores e produtoras de leite do nosso país, e o nosso estado é o segundo maior produtor de leite do Brasil. Portanto, precisamos de unidade para tomarmos medidas para proteger a bacia leiteira brasileira. Hoje pela manhã, os ministros se reuniram e fizeram uma *live*. O Ministro do Desenvolvimento Agrário Paulo Teixeira e o Ministro da Agricultura Carlos Fávaro anunciaram mais medidas para proteger a bacia leiteira brasileira. Entre as medidas anunciadas, temos a proposta que está em andamento, que deve chegar na Casa Civil, para definir se será por decreto ou por lei, a chamada subvenção aos produtores de leite. A proposta do Governo é criar um preço de referência para o leite e, toda vez que o produtor não alcançar o preço de referência, ele será protegido com um recurso destinado diretamente ao produtor, para que ele não tenha prejuízo no exercício dessa tarefa tão importante, que é produzir leite no Brasil. Então, isso é muito importante para proteger a bacia leiteira. Outra medida que está em curso, que poderíamos chamar de *desenrola do campo*, que é uma proposta para anistiar dívidas dos produtores de leite, que contraíram no momento que o leite estava em alta, os insumos estavam muito mais caros e, agora, ao vender o leite em um preço menor ficam no prejuízo. Então, essa é uma medida importante também, que está sendo estudada, já está sendo debatida como Ministro Haddad e com os ministros da área da agricultura, do Mapa e da agricultura familiar.

Deputado Reichembach (PSD): Deputado Lemos, um aparte, por favor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Na sequência, Deputado.

Deputado Luís Corti (PSB): Depois preciso de um aparte também, Deputado Lemos, se V.Ex.^a conceder.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Também na sequência. Então, isso é muito importante, essas medidas anunciadas no dia de hoje. Outra medida que está sendo anunciada pelo Mapa, um estudo que está sendo já feito e está adiantado, é com relação à reorganização, à reformulação do Programa do Leite, chamado “*Leite Saudável*” do Mapa. Tanto você tem impostos, taxas, como o

PIS/Pasep e também a Cofins. Essas taxas poderão, então, serem utilizadas, como já podem, mas vai ampliar, o que chamamos isso de créditos presumidos. Isso vai facilitar também para que cooperativas e agroindústrias que trabalham com o leite, e indústrias, possam usar o chamado crédito presumido, tanto da Cofins quanto do PIS/Pasep, reduzindo aí e beneficiando, evidentemente, os produtores também a taxaçaõ. Já foi elevado o percentual do imposto para importar além do leite *in natura* mais 29 subprodutos do leite, derivados do leite, mas se estuda ampliar essa taxaçaõ em um percentual maior porque, nesses últimos três meses, com a taxaçaõ e as medidas que já foram tomadas, já houve uma reduçaõ de 25% da importaçaõ do leite, e precisamos reduzir mais a importaçaõ, porque produzimos leite inclusive para exportar. Entãõ, isso também está a caminho. Outra medida importante que está sendo já determinada pelo Governo é a fiscalizaçaõ, porque tem leite entrando de modo clandestino, ilegal pelas fronteiras. Temos que cercar isso, impedir e punir severamente quem comete esse crime. Mas também é proibido no Brasil, por exemplo, hidratar o leite, mas se não fiscalizar continuam hidratando, e isto põe em risco a bacia leiteira. Entãõ, vai ampliar a fiscalizaçaõ e também com puniçaõ severa. Ao lado disso, o Governo determinou a compra do leite. O Mapa já tinha anunciado que ia pôr 200 milhões na compra do leite. O MDA já anunciou hoje que dia 10 de outubro estará aberta já para que as empresas possam se colocar para vender leite para um programa especial que foi criado dentro na Conab, que é no PAA leite. Entãõ, 100 milhões...

Deputado Anibelli Neto (MDB): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... mais 200 milhões que já estava anunciado. Isso é para retirar o leite em pó para reduzir o estoque que está no mercado. Põe nos armazéns do Governo e vai distribuir esse leite gratuitamente para as famílias de baixa renda. Isto é muito importante. Além de outras medidas que estão em curso. Entãõ, é importante dizer aos nossos produtores de leite que não desistam, continuem enfrentando a crise, e juntos haveremos de vencer essa crise. Quero aqui dar o Aparte, primeiro, ao Deputado Reichembach e, na sequência, os demais Deputados.

Deputado Reichembach (PSD): Deputado Lemos, esse assunto do leite é bastante preocupante ainda no Paraná e em vários Estados. E esta movimentação que está havendo por parte dos produtores demonstra a força do segmento, e isso tem sensibilizado o Governo estadual, mas é o Governo Federal que tem mecanismos mais importantes para ajudar a alterar essa situação. Algumas medidas já foram tomadas, como V.Ex.^a mencionou, tanto em reuniões anteriores como nesta reunião hoje pela manhã, mas são medidas ainda que dependem de encaminhamentos. Enquanto isso, o produtor está no prejuízo, está no sofrimento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, por favor, para concluir.

Deputado Reichembach (PSD): Essas medidas precisam ser efetivadas e precisam ser ainda aumentadas. Quero aproveitar a oportunidade para dizer da Audiência Pública, Deputado Lemos, que teremos na terça-feira da próxima semana, com o apoio do Deputado Anibelli, da Deputada Luciana, do Deputado Corti, do Micheletto, vários Deputados da Frente Parlamentar do Leite, e queremos contar também com a sua presença e o seu apoio para trazer lideranças, entidades e produtores para participar dessa importante Audiência Pública. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Agradeço o aparte. Deputado, infelizmente o tempo já esgotou, mas V.Ex.^a pode falar alguns instantes.

Deputado Anibelli Neto (MDB): Se assim for permitido pelo Presidente Traiano. Na verdade, Professor Lemos, é bem rápido. Eu entendo que são medidas fundamentais para prestigiar o nosso produtor de leite. A mão do Estado tem que entrar pesadamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

Deputado Anibelli Neto (MDB): Obrigado. A mão do Estado é fundamental neste momento para proteger o nosso produtor de leite. Medidas estão sendo faladas, algumas estão sendo tomadas, vamos fazer essa audiência, e tenho a convicção porque acredito que existe um Ministro da Agricultura, existe um Governo Federal

que tem essa sensibilidade, mas tem que mostrar isso na prática, porque aonde temos rodado no interior temos recebido pesadas críticas que não estão protegendo o nosso leite. Está bom?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Presidente, pedir a V.Ex.^a mais um instante, para que possa concluir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): E pedir desculpas aos demais Deputados que pediram aparte, porque não consigo dar mais aparte, mas agradecer aos apartes já formulados, que foram muito bons. E dizer que estou à disposição, estarei com vocês nessa Audiência Pública na próxima semana, e podem contar conosco nessa luta. Quero dizer que o Ministro Paulo Teixeira e o Ministro Wellington Dias estarão no Paraná no dia 9, na próxima segunda-feira, e vão anunciar medidas importantes aqui para a agricultura familiar, inclusive para a cadeia do leite. Então... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Presidente. Dizer que algumas medidas foram tomadas, como revogar a Resolução n.º 353, de maio de 2022, que baixou o imposto de importação, subindo o imposto de importação, para assegurar, então, que os produtores de leite não tenham que enfrentar essa concorrência com o leite importado mais barato dos países do Mercosul.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, já está tenso na tribuna.

Deputado Luís Corti (PSB): Fiquei aguardando, Lemos, você conceder a palavra para mim. Fiquei aguardando. Está encerrado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Seu tempo encerrou, Deputado. Vamos ao horário do Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Só para

lembrar que o tempo que temos aqui são 10 minutos e um minuto ainda para finalizar. Está certo, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está certo. Como o tema é recorrente hoje no Paraná inteiro, acabei concedendo aos Deputados o aparte, porque...

Deputado Luís Corti (PSB): Não consegui falar ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Porque sou de uma região em que essa situação realmente é uma situação caótica. Então, o tema merece uma atenção.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O senhor tem razão, Presidente. Concordo também. Então, vamos lá. Primeiramente, quero parabenizar os eleitores de direita pela eleição de quase 70% dos Conselhos Tutelares do País. Finalmente! Muitos gravaram vídeos. Geralmente ninguém ia votar para Conselheiro Tutelar e a esquerda tentou se apoderar para defender as pautas LGBTs e outras mais, mas a direita foi em peso e vencemos em 70% dos Conselheiros Tutelares. Isso já é uma resposta do quanto a direita está forte no nosso Brasil e como será daqui para frente. E quem tem colaborado muito para a direita crescer é a esquerda. Obrigado, Presidente Lula, ao senhor e à sua equipe, que vêm destruindo o Brasil e mostrando a realidade, o porquê e para quê vocês voltaram ao poder: Para mais uma vez saquear e destruir o nosso Brasil, a nossa economia. Saiu agora na *Globo lixo*, na *Rede Globo*, e olha que a *Rede Globo* está recebendo bem para defender o Governo PT, mas não dá, é impossível defender, só os Deputados aqui que conseguem defender, ou do Brasil inteiro! Olha lá o resultado: No primeiro semestre, as contas da União, dos estados, dos municípios e das estatais registraram um rombo de R\$ 20 bilhões e 400 milhões. Rombo do Governo PT nos primeiros seis meses: R\$ 20 bilhões e 400 milhões. Isso dito aí no Jornal da Globo, que recebi aqui o vídeo. O déficit está relacionado principalmente ao crescimento de gastos autorizados pela PEC da Transição. No mesmo período do ano passado, isto é, no Governo Bolsonaro, no mesmo período, houve um superávit de quase 130 bilhões nas contas públicas. Olha só o

que é um Governo sério, honesto e competente. Governo Bolsonaro, nesse mesmo período, teve um superávit de 130 bilhões. O desgoverno Lula, no mesmo período, 20 bilhões e 400 milhões de rombo. Se somarmos um pelo outro, você vai ver que o rombo do PT são 150 bilhões. É o dinheiro gasto sem freio, sem respeito, sem controle, sem capacidade técnica. Esse é o Governo do PT. Por essa razão, gente, a *Dona Esbanja*, a Primeira-Dama *Esbanja* foi lá no Rio Grande do Sul... O Lula foi operado e, ao invés de mandar o vice-Presidente, mandou a *Esbanja*, a mulher dele, para o Rio Grande do Sul. Quando ela chegou lá para fazer as reuniões, o povo gritando na rua: *Michele, Michele, Michele*. Ignoraram a *Esbanja*. E na hora de ir embora foi pior, o vexame foi maior, saiu pela porta dos fundos, conforme o vídeo mostra, ela e os Ministros correndo para o carro e o povo nas janelas gritando: *Bandida! Lixo!* Que vergonha, gente! Que vergonha deste Governo! Pergunto: Onde estão os 60 milhões que votaram no Lula? Será que estão só dentro das urnas e no código-fonte? Onde estão, que não aparecem? O Presidente Bolsonaro esteve em Fortaleza, no Ceará: multidão. Milhares de pessoas ovacionando o Presidente e dando aquele grito: *Lula ladrão, seu lugar é na prisão!* Conforme está aqui o vídeo. Não estou inventando, não. Quando chamo de ladrão, é porque a voz do povo diz isso, é o povo nas ruas dizendo isso. Vivemos em uma democracia. Então, temos que expor o que está acontecendo de verdade. Presidente Bolsonaro cada dia mais forte, onde vai é ovacionado, porque o povo lembra como era na gestão dele. E a grande maioria está arrependida de votar no ex-presidiário. Arrependido. Na Bahia tem município que está quebrado, tem fala de Prefeito dizendo isso. Não tem mais trabalho, estão fechando as lojas. Em nível Brasil, lojas de shopping fecharam. No mês de agosto, 127 lojas fecharam nos shoppings. Isso aí o que é? É o resultado deste desgoverno, que vem aí destruindo a economia. É muito grave o que acontece aqui. Muito! Sabem por que está acontecendo isso? Pelo seguinte, acabou o lastro, a grana da gestão de Paulo Guedes, e começamos a ver os resultados da gestão do Haddad. Preparem-se. Vejam no gráfico aqui a queda na arrecadação. O Governo Lula tem feito o quê? Aumentando impostos, aumentando impostos, a arrecadação caindo e a economia indo para o buraco, porque quanto mais

imposto menos dinheiro na mão do povo. O povo não tem onde gastar e aí não gira o comércio, não gira a economia. Isso é fato. Só que o incompetente, a arma dele para cobrir o rombo: *Ah, vou cobrar do povo*. É a velha política. *Vou aumentar o imposto*. Agora está aí, vão aumentar os impostos de mais ou menos 400 remédios, medicamentos. É o que o Governo Lula tem feito com o povo, é aumentar imposto. O Governo Lula enviou uma consulta - olha só, gente, preste atenção, você que me acompanha -, enviou uma consulta ao TCU para pagar piso de saúde menor em 2023. Então, você que é trabalhador da saúde, que fez o "L", o seu Presidente de estimação, o ex-presidiário não quer pagar o piso de você, quer diminuir. Isso vai acontecer em todos os setores, porque não há dinheiro mais. A arrecadação está muito menor do que a entrada de recursos, muito menor do que o gasto, 150 bi de furo, de rombo nas contas. Então, vocês Prefeitos que receberam 30% a menos no FPM, preparem-se, façam o controle do caixa, porque vai piorar daqui para frente. Não vejo como este Governo, do jeito que foi formado, inchado, sem controle dos gastos públicos, vai reverter esta situação. Estive em uma reunião hoje com o Governador e até comentei isso. O Paraná está indo muito bem pela gestão competente, honesta, séria que é feita aqui, mas o Paraná não é uma ilha. Em breve, a água vai bater aqui também. A conta vai chegar para o Brasil inteiro, devido a este desgoverno que vem destruindo a economia do Brasil, novamente saqueando o dinheiro público e não dando nenhum benefício à população. Ao contrário, tirando benefícios de toda a população. Esse é o resultado dessa turma que se apoderou do nosso Brasil. Ainda bem que o povo acordou e creio que desta vez foi a última que este Governo de esquerda enganou o povo, não vão enganar mais. Chega! É muita mentira. Alguém pediu aparte aqui? Não? Então, concluo por aqui, Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Requião, por favor. Registro a presença na Casa do Prefeito de Chopinzinho, Neco Cenci, do Vereador Paulo Rosa, e da Secretária Municipal de Ação Social, Sr.^a Édina, por solicitação do Deputado Guerra. Sejam bem-vindos. Deputado Requião, por favor.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, meus queridos colegas, hoje vou falar do pedágio. Estive aqui nesta tribuna o Deputado Arilson e o Deputado

Arilson *sentou a ripa* na propaganda do Governo, no absurdo que é o pedágio e colocou a conta para o Governador Ratinho. Depois o Deputado Romanelli sobe à tribuna e *senta a ripa* no pedágio e coloca a conta no Governo Lula. O que tenho a dizer para os senhores é que os dois estão certos, os dois estão cobertos de razão. O modelo do pedágio, o atual modelo do pedágio foi defendido pelo Sandro Alex e pelo Governador Ratinho. Porém, todavia, contudo, esse maldito modelo do pedágio foi abraçado pelo Lula, que gravou até um vídeo junto com o Ratinho, falando: *Olha, que maravilha! Vamos ferrar com o Paraná. Lá vem o maldito pedágio para arrebentar vocês.* E eu fiquei confuso, porque lembro que na campanha o Lula veio ao Paraná e falou que não aceitava esse roubo desse pedágio. E o Ratinho dizia que não queria um pedágio caipira, mas eu não sabia que ele queria um pedágio tão *playboy* assim. E temos um leilão que não aconteceu. Não sei se os senhores sabem, leilão tem que ter lance, tem que ter concorrência. Não teve leilão. O desconto: 0,0. Não teve desconto. E o pedágio será o pedágio mais caro da história mais uma vez, com apoio do Ratinho, com o apoio do Lula, a pedido do Ratinho. Pronto, encerrou. Pedágio é ruim? É. Tem garantia de obra? Não. Teve concorrência? Não. Foi um vexame? Foi. De quem é a culpa? Dos dois. Pronto. O que tem que acontecer agora? Agora, esta Casa deveria pelo menos acompanhar, Deputado Tercilio, os discursos feitos aqui, ver que a conta não fecha, chamar a sociedade civil e ver o que pode ser feito. O aumento do custo do frete vai subir imediatamente entre 10% e 11%, só nesse trecho. Então, vamos falar, vamos dar a César o que é de César, a culpa está rachada entre Governo Federal e Governo Estadual. *Ah, não, é só da ANTT.* Mas quem estava lá na B3 fazendo festa nos leilões um e dois era o Ratinho. Ele que estava lá como Ministro Renanzinho, um dizendo para o outro: *Você é lindo. Eu adoro você. Lembra quando passeávamos no parque em Brasília de mãos dadas?* Estavam lá os dois: o Governo Lula e o Governo Estadual. Assumam a culpa dessa porcaria que fizeram e o nosso trabalho é tentar desatar esse nó. Agora digo para os senhores: quero ser Governador deste Estado e se Deus permitisse que fosse já, no próximo mandato, eu assumia esse Governo, demitia todos, todos os cargos em comissões e Secretários do Governador Ratinho, mas eu mantinha

a equipe de marketing, porque são bons, fazem um marketing danado de bom. Fizemos até os Deputados desta Casa replicar uns *cards* dizendo que esse leilão foi um sucesso! E pior que teve Deputado que acreditou, Gugu. Replicou e fez até texto embaixo. Mas o pedágio é lazarento de ruim, é doído de caro e vai ficar por 35 anos, e a culpa é dos dois. Talvez, a culpa seja daqueles que não quiseram escutar o que nós dissemos. Nós avisamos. A verdade seja dita: a Oposição e alguns Deputados da própria Base avisaram que não teria concorrência, que não teria transparência, que não teria garantia de obras e que não teríamos descontos. E assim tem sido. E fazemos as mágicas para esticar aqui, para esticar ali e dizer que nessa praça vai ser menos, que na outra praça vai ser menos, mas quando somamos, o que importa: é mais caro! *Ah, mas vai ter desconto para o usuário contumaz do pedágio.* Esse desconto não afeta os caminhoneiros. E qual é o problema disso? O problema disso é que a produção do Paraná corta o nosso estado sobre as rodas dos caminhões. O desconto do usuário é para usuários de carros. E como disse o Romanelli: não está previsto na tarifa, será calculado novamente. O número de carros que vai passar pelo pedágio do Paraná é quase 30% maior do que estava previsto no edital, ou seja, a tarifa já está mais cara do que deveria ser. E a ANTT foi avisada, o Governo Federal foi avisado, o Governo Estadual foi avisado, avisamos ao TCU, ao TCE, avisamos a imprensa. Avisamos até a Rede Massa que não é bem imprensa, mas avisamos. E a verdade está aí. Contra fatos não há argumentos. O que temos que fazer agora é tentar resolver o pedágio. E Deputado Denian, o senhor subiu a tribuna hoje, achei que vinha aqui dar parabéns ao Deputado Dallagnol que trocou de partido, mas não: *Vimos falar da Ponte de Guaratuba.* O Denian está me lembrando aquele Denian que trabalhava lá na Rede Massa que só falava bem do Governo, não podia questionar. A ponte em si não é ruim, o problema da ponte é a sua licitação, é o seu edital, é a falta de obras de acesso, é a falta do pensamento no futuro do que essa ponte pode ou não trazer para o Litoral. É isso que é questionado. Ter uma ponte ou não ter uma ponte seria o de menos. A ponte pode ser boa; os caminhões podem ser ruins; os acessos podem não acontecer; as duplicações podem não vir. É disso que estamos falando. Uma comunidade pode ou não ser

afetada e por que não discutir? Não é o nosso trabalho aqui, meu amigo Nelson Justus, debater, discutir, colocar em pauta e ver se todos os interesses estão atendidos? É isso que queremos saber e é isso que deveríamos querer saber, Deputado Marcio Pacheco: se cada uma dessas obras, desses leilões, dessas propagandas afetam para o bem ou para o mal, e como afetam o povo paranaense. Então, a César o que é de César. Dividam a culpa do pedágio com quem vocês quiserem, mas eu aqui na Assembleia votei contra, votei contra a concessão das estradas, me posicionei contra o pedágio desde o início, e sempre disse que a solução não era essa e deveria ser outra. E mantenho a coerência entre meu discurso e a prática. O pedágio para o Paraná é ruim, no modelo escolhido é pior, e nós avisamos desde sempre, não é de agora. Então, a culpa é do Governo Federal e a culpa é do Governo Estadual. Ainda bem que está todo mundo fazendo cirurgia de quadril, porque vão ter que rebolar muito para explicar esse pedágio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes da fala do Deputado Hussein, que está muito rápido, quero fazer um registro aqui e cumprimentar o nosso Deputado Alexandre Amaro, que vai fazer Bodas de Pérola com a sua esposa Vanilda, 30 anos de casamento. Parabéns! Vida longa ainda ao casal! Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero que restitua meu tempo, porque o *pau vai cantar na casa da Loca* hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, V.Ex.^a tem oito, nove, 10 segundos a mais.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Parabéns, Requião, você estava indo muito bem; você começou *matando a pau*, depois você deu uma caidinha, quando você falou do pedágio que o Presidente Lula prometeu. Aliás, quero fazer aqui um exercício de reflexão com meus amigos. Vocês sabem o que é uma BR? Sabem o que é uma BR? Quando era piá, não sabia e perguntei para meu falecido pai: o Que é BR e o que é PR? BR é uma rodovia federal. As decisões relativas à BR são do Governo Federal. O que é a ANTT? Demorei para conhecer. A ANTT é o

órgão que regula o transporte terrestre. Quem comanda? O Governo Federal. Quem é o Ministro? Quem decide? Aqui ninguém está jogando a culpa em ninguém. O que não cabe é trazer este tipo de problema para o Paraná. O Paraná fez o dever de casa completamente. Ou não fizemos Audiências Públicas? Ou não discutimos? Ou o Governo do Paraná não foi a Brasília escutar e melhorar ainda o processo com o Governo Federal? Foi, sim! Agora, é preciso trazer a verdade aqui, a verdade. Assim como o Deputado Requião foi muito feliz e até admiro a coragem dele, como integrante do PT, ao dizer que havia uma promessa de fazer um pedágio de R\$ 5,00. Acho que promessa até o Governo queria fazer, mas dá tempo de fazer ainda, tem mais seis lotes! Podem fazer, dá tempo. Agora, o que temos de considerar é alguns fatores externos. Quem iria adivinhar que no meio de um processo uma juíza, com todo o respeito, ideológica, ia fazer uma ação para suspender o pedágio que, quer queira ou não vocês, teve influência, sim, na participação das empresas de pedágio, pela insegurança jurídica. Inclusive essa própria juíza disse hoje, agora pouco, deu uma medida para suspender o processo natural da ponte. Aí o senhor disse, Deputado Requião: *Quem quer a ponte?* Nós queremos ponte. Não sei se vocês sabem, mas em Florianópolis está se discutindo a engorda da praia de Florianópolis e nós estamos discutindo agora, com um juiz ideológico, que não quer permitir. Vamos parar com isso! Vamos pensar no povo do Paraná, vamos pensar no nosso desenvolvimento. Quero dizer mais: esse processo foi feito todo da melhor maneira possível. Agora quem é que vai adivinhar, Deputado Requião, quantas empresas vão participar? Como é que nós vamos controlar isso? Qual é a maneira que existe do Governo do Paraná determinar que vai participar cinco, dez ou duas ou uma empresa? Não tem como. É tudo momento, é economia. Aliás, estamos vivendo um momento... Será que tem algum problema na economia nacional? Será que isso também tem reflexo ou não tem reflexo? Então, todo esse processo tem que ser alinhado. Temos seis lotes ainda para serem discutidos. Agora, é preciso trazer à tona que a despeito do que foi falado aqui, houve, sim, uma redução do quilômetro rodado de alguns... Jacarezinho, por exemplo... Onde é que está o Deputado Romanelli? Jacarezinho, por exemplo, houve uma redução de 32 para 10. Como que não teve redução!?

Como? Digam-me. Como que não teve redução? Não é “*matemágica*”, é matemática. Tivemos aqui: Carambeí, Deputado Moacyr Fadel, que é região de V.Ex.^a, de 15,20 para 9,82. Agora, são regras de mercado. Como é que você vai saber que vai aparecer uma, duas, três ou quatro empresas? Não cabe ao Governo fazer isso. Quero dizer mais para V.Ex.^{as}: teremos seis lotes que vão ser ainda objetos de leilão, e tenho plena confiança que os demais lotes terão um sucesso ainda maior. O Governo do Paraná está consciente que fez tudo correto, o possível e o correto para que pudéssemos chegar até este presente momento. Quero só finalizar. O Paraná ouviu a sociedade, modificou a outorga originalmente defendida pela União, e assegurou o que era o seu papel: o máximo de transparência.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não, Deputado.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Só para ilustrar a sua fala aqui. Quando o Tarcísio era o Ministro, tive uma reunião falando sobre pedágio com ele. Naquela época, ele falou: *Tem muita gente que acha que todo mundo quer pegar contrato de pedágio. Não!* Tinham três empresas no máximo que queriam pegar pedágio. É óbvio que agora, com este Governo que não dá segurança nenhuma a ninguém, caiu para uma. Então, não é culpa, o mercado não quer. Não é uma mina de ouro, não, o pedágio. Isso aí já foi comentado em outros... Quando foi feito em São Paulo foi assim. Foi feito em Minas e foi assim. Nunca teve muita procura. Procura boa teve no Governo Jaime Lerner aqui, que era um contrato totalmente malfeito que beneficiou muita gente aí. É isso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só para finalizar. Teremos seis lotes ainda. Vocês têm toda a oportunidade de fazer da maneira que vocês acharem. Vocês têm interlocução com o Governo Federal, com o Ministro, com o Presidente, e vocês têm o poder discricionário de fazer da melhor maneira que vocês acharem. O Paraná entende que esse modelo é bom e foi discutido e foi melhorado em Brasília. Vida que segue.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) **(51 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Evandro Araújo (PSD), Gilberto Ribeiro (PL), e Tiago Amaral (PSD) **(3 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 804/2023, do Deputado Samuel Dantas, que institui a Semana Paranaense de Conscientização Contra os Maus-Tratos, a ser realizada na primeira semana do mês de dezembro; **Autuado sob o n.º 805/2023**, do Deputado Nelson Justus, que concede o Título Estadual

da Banana ao município de Guaratuba; **Autuado sob o n.º 806/2023**, do Deputado Do Carmo, que altera a Lei n.º 21.399, de 11 de abril de 2023, que institui a Campanha Permanente de Combate à Importunação Sexual no transporte rodoviário intermunicipal comercial de passageiros no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 807/2023**, do Deputado Do Carmo, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicológicos e psicopedagogos nas redes públicas na educação básica para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso, violência ou exploração sexuais; **Autuado sob o n.º 808/2023**, do Deputado Do Carmo, que cria o Programa de Educação Física adaptada para alunos com deficiência nas redes de ensino público e privado do Paraná; **Autuado sob o n.º 809/2023**, do Deputado Do Carmo, que estabelece diretrizes e objetivos para a implantação de programas de acompanhamento psicológico e multidisciplinar aos profissionais de segurança pública e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 810/2023**, do Deputado Anibelli Neto, que insere no calendário oficial de eventos oficiais do Estado do Paraná a Semana Estadual de Defesa e Promoção da Vida, a ser celebrada na primeira semana de outubro de cada ano, e o Dia Estadual do Nascituro, na data de 8 de outubro; **Autuado sob o n.º 811/2023**, do Deputado Cobra Repórter, que institui o Dia Estadual das Mães que Oram Pelos Filhos, objetivando a valorização de movimentos, entidades eclesiais e instituições que promovam a renovação espiritual, assistência e fortalecimento de vínculo entre mães e filhos, na forma que especifica; **Autuado sob o n.º 812/2023**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de utilidade pública à Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari – AAPIM, com sede no município de Mandaguari; **Autuado sob o n.º 813/2023**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que cria a Semana Estadual de Conscientização e Combate ao Capacitismo; **Autuado sob o n.º 814/2023**, do Deputado Do Carmo, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de enfermeira ou outro profissional de enfermagem durante o exame ginecológico; **Autuado sob o n.º 815/2023**, do Deputado Do Carmo, que autoriza a criação de centros de referência e atendimento especializado às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 816/2023**, do Deputado Marcel

Micheletto, que altera a Lei Estadual n.º 11.811, de 14 de agosto de 1997; **Autuado sob o n.º 817/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que dispõe sobre a proporcionalidade dos valores alusivos às tarifas de renovação da carteira nacional de habilitação – CNH, equivalentes ao tempo de validade do documento; **Autuado sob o n.º 818/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que estabelece diretrizes para o serviço de atendimento médico com urgência, com ênfase na escolha do local de atendimento pelos pacientes e dispõe sobre outras providências; **Autuado sob o n.º 819/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que dispõe sobre a Carteira de Identificação Digital do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 820/2023**, do Deputado Adão Litro, que concede o título de utilidade pública à Associação Tempo de Milagres, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 821/2023**, dos Deputados Mabel Canto, Gilson de Souza, Goura, Cloara Pinheiro, Luciana Rafagnin, Cristina Silvestri, Ana Júlia, Marli Paulino e Cantora Mara Lima, que altera e acrescenta dispositivos na Lei n.º 21.053, de 23 de maio de 2022, que dispõe sobre a presença de doulas no trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, mediante solicitação da parturiente.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica da Redação Final.)

ITEM 1 – Redação final do Projeto de Lei n.º 75/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo e da Deputada Maria Victoria, que altera a Lei n.º 8.750, de 12 de abril de 1988, que denomina Rodovia Tancredo Neves a ligação entre o município de Marialva e o Distrito de Aquidabã. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 377/2023, de autoria dos Deputados Cobra Repórter e Tiago Amaral, que altera os Incisos XIII e XXII da Lei n.º 4245, de 25 de julho de 1960, resolvendo dissentimentos existentes no traçado do polígono definidor entre limites dos municípios de Ivatuba e Floresta. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e

Assuntos Municipais. Emenda da CCJ. Vamos apreciar neste turno Emenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Como é que ficou ontem o jogo do Athletico e do Coritiba? Vejo todo mundo muito quietinho. O senhor sabe me explicar? O Romanelli está quieto.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Calma, freguesia. Devagar, freguesia.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente... (Discussões paralelas.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): A informação que posso lhe dar é que o Coritiba foi bem melhor do que o Athletico e foi merecedor da vitória.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Na verdade é o seguinte...

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Sempre sensato, viu, Presidente.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): O Delegado Tito falou que perdeu duas vezes. Como que é essa história?

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Talvez tenha sido a última oportunidade de o Deputado Guerra ver um confronto com o Athletico na primeira divisão.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Muito provável. Senhor Presidente, na verdade é o seguinte, nós sabemos o seguinte, o que vimos ontem na verdade é só buscar o vernáculo no dicionário. O que o Athletico teve ontem? Compaixão. Compaixão é um substantivo feminino, é um sentimento piedoso de

simpatia para com a tragédia dos torcedores do Coxa, acompanhado do desejo de minorá-la. Na verdade, é uma participação espiritual que o Athletico deu para viver essa infelicidade alheia, que suscita o impulso altruísta de ternura...

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Menos, Romanelli, menos!

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Quase um Santo Agostinho, viu, Presidente?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): ... com um time em rebaixamento, Sr. Presidente. Como foi dito aqui: Quem viu, viu. (Discussões paralelas.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, vamos à apuração dos votos. Vossa Excelência precisa se dirigir à sua cadeira e votar, Deputado Romanelli. Deputado Luís Corti, Alexandre Curi. Vamos deixar a discussão do Athletico para o próximo confronto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, no vernáculo também tem algo chamado murmuração, ato infundado, boato, falatório.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Pacheco, Deputada Maria Victoria, Renato Freitas, Fabio Oliveira, Flávia Francischini.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Mas que foi bom ganhar do Athletico, foi!

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Resumo: Dois a zero Verdão e acabou a história.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Foi, dois a zero.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Foi a última vez... Nunca mais vão jogar com o Athletico. Quem viu, viu.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, tem Sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Sr.^s Deputados, vamos pôr ordem na casa. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão**

Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (48 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Renato Freitas e Tiago Amaral (6 Deputados).]* **Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a Emenda em segunda discussão.**

ITEM 3 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 683/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1442/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Ribeirão Laranjeiras do Sul. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emenda da CCJ. Vamos apreciar neste turno a Emenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Como vota o Deputado Gugu Bueno? Deputado Denian, Deputado Do Carmo. Deputado Fabio Oliveira, votando. Deputado Goura. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio*

*Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (47 Deputados); **Abstenção:** Renato Freitas (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Denian Couto, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza e Tiago Amaral (6 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e 1 abstenção, **está aprovada a Emenda.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 685/2023, de autoria do Tribunal de Justiça, ofício n.º 1547/2023, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cruzeiro do Oeste. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, por favor, seu voto. Alisson Wandscheer. Deputada Cristina. Delegado Tito, votou.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, mandar um abraço para o Danielzinho aqui, um dos melhores Mestre de Cerimônias que temos, narrou os dois gols do Coxa ontem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Daniel narrou?

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Quantos gols, Cobra?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Esse Cobra, na verdade, só porque ele torce para aquele *Flamídia*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[Votaram Sim: *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Flavia*

*Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Denian Couto, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 685/2023.**

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Que também perdeu tudo este ano, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, vamos votar agora os **Itens 5, 7, 8, 9 e 10** agrupados, por serem matérias correlatas.

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 575/2019, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede título de Utilidade Pública à Associação de Capoeira da Região de Ibiporã, com sede no município de Ibiporã. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 484/2023, de autoria da Deputada Maria Victória, que concede o título de Utilidade Pública Ao Instituto Bianchini de Desenvolvimento Social para a Comunidade, com sede no município de Maringá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 659/2023, de autoria do Deputado Professor Lemos, que concede título de Utilidade Pública à Associação dos Agricultores Familiares do 19 de junho, com sede no município de Cândido de Abreu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 679/2023, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de Utilidade Pública à Associação de

Vôlei de Quedas do Iguaçu, com sede no município de Quedas do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 735/2023, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que concede o título de Utilidade Pública à Associação das Mulheres do Café do Norte Pioneiro do Paraná, com sede no município de Pinhalão. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tito, Deputada Mabel, Romanelli. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (45 Deputados); Não Votaram:* **Ademar Luiz Traiano, Denian Couto, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (9 Deputados).]** **Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos. Quarenta e seis votos, com o voto do Deputado Marcel Micheletto. Estão aprovados os Projetos. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, também registra em Ata o voto favorável do Deputado Soldado Adriano José.)**

Vamos ao último Item da pauta...

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, o senhor registre o meu voto “*sim*” no Item anterior. Soldado Adriano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, sei que sempre há uma cobrança à Mesa. Como vamos ter o feriado do dia 12 de outubro, vamos antecipar a Sessão na semana que vem, da quarta para a terça-feira. Até para que todos possam se organizar com as compras de passagens para o Interior do Paraná. Então, já estou antecipando e dando este aviso.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 272/2023, de autoria do Deputado Paulo Gomes, que dispõe sobre a divulgação e informação quanto à cobrança da taxa de serviço ou gorjeta, bem como sua natureza opcional e facultativa, quando cobrada por restaurantes, lanchonetes, bares, hotéis e demais estabelecimentos de gênero similar. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO DO CARMO (UNIÃO): Presidente, na terça-feira o horário da Sessão é de manhã?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, Deputado. Terça-feira à tarde. A Sessão normal e a Sessão antecipada de quarta. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes,

*Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Requião Filho e Tiago Amaral (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 272/2023.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Há três Requerimentos sobre a mesa...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Desculpe-me, Presidente. Envio de expediente. Todos combinados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Requerimento n.º 2406/2023**, dos Deputados Renato Freitas e Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com vista a intercessão junto ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, e ao Diretor-Geral do DEPPEN, Sr. Osvaldo Messias Machado, a fim de pedir providências acerca de denúncia recebida em visita à Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná – CPAI; **Requerimento n.º 2407/2023**, dos Deputados Renato Freitas e Professor Lemos, solicitando o envio de expediente Governador do Estado, com vista a intercessão junto ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, e ao Diretor-Geral do DEPPEN, Sr. Osvaldo Messias Machado, a fim de pedir providências acerca de denúncia recebida em visita à Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná – CPAI; e **Requerimento n.º 2408/2023**, do Deputado Paulo Gomes, Presidente da Comissão de Defesa do Consumido, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, requerendo informação sobre o Fecon - Fundo Estadual da Defesa do Consumidor; **Requerimento n.º 2460/2023**,

dos Deputados Renato Freitas e Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com vista à intercessão junto ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, e ao Diretor-Geral do DEPPEN, Sr. Osvaldo Messias Machado, a fim de pedir providências acerca de denúncia de apropriação indébita recebida em visita à Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná – CPAI; e **Requerimento n.º 2461/2023**, do Deputado Requião Filho, solicitando informações ao Secretário da Fazenda do Paraná, Sr. Renê Garcia Junior, bem como ao Diretor-Presidente da Celepar, Sr. André Gustavo Souza Garbosa, para que prestem informações acerca do sistema SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como expediente. Ok. São cinco Requerimentos.**

Requerimento n.º 2457/2023, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 685/2023 da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2409/2023, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Companhia Paranaense de Energia (Copel), requerendo informações sobre o fornecimento de energia no município de Francisco Beltrão/PR; **Requerimento n.º 2410/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sr. Sandro Alex Cruz de Oliveira, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, requerendo informações acerca da duplicação da PR-180, que liga o município de Marmeleiro ao município de Francisco Beltrão; **Requerimentos n.ºs 2411 e 2416 a 2421/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Sr. Antônio Marques Sobrinho, pelo trabalho em promover a cultura em nosso Estado;

para a Barraca do Edson Mendes; ao Sr. Cristóvão Rodrigues de Souza; ao Sr. Jaime Júnior; para Maks Freire & Alex; para Marquinhos Diet; e ao Sr. Jasper Júnior; **Requerimento n.º 2412/2023**, do Deputado Do Carmo, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos alunos Gustavo Henrique da Silva e Ana Luiza de Melo Marconi, pela classificação no Programa de Intercâmbio “Ganhando o Mundo”; **Requerimento n.º 2413/2023**, do Deputado Do Carmo, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à aluna Isadora Giraldo Santos, pela classificação e participação no Programa “Futuras Cientistas”; **Requerimento n.º 2414/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Des. Wellinngton Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e ao Il.^{mo} Min. Alexandre de Moraes, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, reivindicando a manutenção da 108.^a Zona Eleitoral de Nova Fátima/PR; **Requerimento n.º 2422/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Doutor Rogério Toshio Terya, ocorrido no dia 27 de setembro de 2023, no município de Londrina; **Requerimento n.º 2423/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde Pública e ao Il.^{mo} Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – Funeas, requerendo providências para a promoção de acordos e revisões contratuais, objetivando a equalização do pagamento do piso salarial entre enfermeiros integrantes da rede pública e enfermeiros oriundos de contratos com prestadores de serviços terceirizados; **Requerimento n.º 2424/2023**, dos Deputados Hussein Bakri e Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Fórum Estadual de Educação do Estado do Paraná -FEEPR, pelos 10 anos; **Requerimentos n.ºs 2426, 2433, 2434 e 2437 a 2454/2023**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Senhores: Thiago Silva de Lima; Anderson Grimminger Ramos; André Bernardi; Andrea Regina Barea Hartmann; Carlos Felipe Tapia Carreno; Christian Gonçalves Cordeiro; Cyntia Carvalho Ferreira Bentes; Eduardo Baptistella; Eduardo Hummelgen; Fernando Fabiano Castellano Júnior; José Jacyr

Leal Júnior; Lucas Kraenski Krum; Luiz Roberto Castro Santos; Marcio Pedro Martins; Mauricio Natel Benetti; Patrícia Aletheia Alves da Silva; Ramon Cavalcanti Ceschim; Ricardo Benvenuti; Romualdo José Ribeiro Gama; Samir Ale Bark; e Valeria Caroline Pereira Santos; **Requerimentos n.ºs 2427 e 2429 a 2432/2023**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Expresso Nordeste Linhas Rodoviárias Ltda, pelos 60 anos de história; à Igreja Adventista do Sétimo Dia de Campo Mourão, em comemoração aos 80 anos de fundação; à Mão Cooperadora Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil, pela comemoração dos 30 anos de serviços prestados ao município; à Igreja de Deus de Campo Mourão, pelo seu 70.º aniversário; e à Subseção da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil de Campo Mourão, pelos 45 anos de fundação; **Requerimento n.º 2428/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, requerendo providências para a instalação de ar-condicionado na recepção do Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade (Zona Sul) e Hospital Dr. Anísio Figueiredo (Zona Norte), ambos do município de Londrina; **Requerimento n.º 2435/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao aos Il.ºs Sr.ª Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT no Estado do Paraná, Diretor-Geral do DER/PR e ao Secretário de Estado Infraestrutura e Logística, requerendo providências urgentes para a implantação de retorno na rodovia BR-369, região do Km 96, próximo ao município de Cornélio Procopio; **Requerimento n.º 2436/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor e aplausos ao Cabo Everton Rodrigo de Araújo, Policial Militar em Porto União/SC, por ato de bravura e coragem em União da Vitória/SC; **Requerimento n.º 2455/2023**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Administração dos Portos do Paraná, que pelo quarto ano consecutivo ganhou o prêmio de melhor gestão portuária do Brasil; **Requerimento n.º 2456/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Prefeito do município de Curitiba, requerendo a continuidade e o aumento dos subsídios repassados pelo município aos hospitais filantrópicos que atuam na rede

de urgência e emergência do SUS em Curitiba; **Requerimento n.º 2458/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado das Cidades, Sr. Eduardo Pimentel Slaviero, requerendo providências urgentes para o plano de ação e cronograma de destinação do terreno de obra abandonada há 10 anos em Matinhos/PR; **Requerimento n.º 2459/2023**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente aos Sr.^s Diretor do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e Gerente Regional do DER/PR - Região Londrina, Sr. Marco Aurelio Gataz Sguario, requerendo empenho e providências administrativas na reconstituição/adequação de degrau asfáltico existente entre o leito principal da Rodovia PR-160 e os acessos empresariais, trechos entre os municípios de Cornélio Procópio e Nova Fátima.

Requerimento com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2415/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, comunicando a participação na Frente Parlamentar de Regularização Fundiária e das Santas Casas e a saída da Frente Parlamentar das Comunidades Terapêuticas e, em substituição a essa, passa a integrar a Frente Parlamentar do Leite; **Requerimento n.º 2425/2023**, do Deputado Anibelli Neto, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 440/2016; **Requerimento n.º 2462/2023**, dos Deputados Renato Freitas e Do Carmo, requerendo a inclusão do Deputado Do Carmo como membro da Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua, instituída pelo Ato da Mesa n.º 14/2023, cujo coordenador é o Deputado Renato Freitas.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 2403/2023**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de setembro de 2023; **Requerimento n.º 2404/2023**, do Deputado Paulo Gomes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de setembro de 2023; **Requerimento n.º 2405/2023**, do

Deputado Renato Freitas, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 de setembro de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 3 de outubro de 2023, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 575/2019, 272/2023, 484/2023, 659/2023, 679/2023 e 735/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 454/2023, 462/2023 e 543/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h22, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)